

32 cópias

Geografia Agrária II – Profa. Dra. Valéria de Marcos

Texto aula 6

FRANÇA, B. H. et. al. Parte II – Formação em economia solidária. In: Guia de economia solidária: ou porque não organizar cooperativas para populações carentes. Niterói—RJ: Ed. UFF, 2008, p. 43–106

Bárbara Heliodora França  
Érica Barbosa  
Rafaelle Castro  
Rodrigo Santos

GUIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA  
OU PORQUE NÃO ORGANIZAR COOPERATIVAS  
PARA POPULAÇÕES CARENTES



Editora da Universidade Federal Fluminense  
Niterói 2008

## PARTE II – FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

### 1. A HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

Rochdale é hoje uma importante cidade da Grande Manchester, noroeste da Inglaterra. Sua importância esteve ligada à indústria têxtil algodoeira de Lancashire, um dos núcleos históricos da Revolução Industrial. Mas, dentre as várias cidades britânicas lembradas por seu passado industrial, Rochdale é frequentemente citada também como o berço do cooperativismo.

A Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale estabeleceu em 1844 as diretrizes fundamentais para o funcionamento das cooperativas modernas. O que é absolutamente original em Rochdale é o papel desempenhado pelos trabalhadores na construção de uma alternativa coletiva, principalmente econômica, para a alteração de suas condições de vida. Muito antes de Rochdale, havia na Europa uma série de iniciativas e empreendimentos econômicos que praticavam alguns dos princípios do cooperativismo.

Robert Owen, junto a alguns sócios, havia adquirido de seu sogro, David Dale, uma ampla extensão de terras, dotadas de fábricas de algodão e alojamentos para os seus trabalhadores em 1800. A partir de então, a aldeia de New Lanark, muito semelhante às cidades criadas e administradas por empresas (*company-towns*) no Brasil, tais como Paulista (PE) e Volta Redonda (RJ), passaria a ser gerenciada pelo próprio Owen.

Naquele momento, New Lanark contava com pouco mais do que condições mínimas de sobrevivência para as cerca de 2.000 pessoas que viviam direta e indiretamente da produção algodoeira, dentre as quais cerca de 500 crianças, trazidas de orfanatos de Edinburgo e

Glasgow. Apoiado em sua bem sucedida experiência à frente de indústrias têxteis em Manchester, o galês Owen adotou iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida na aldeia.

Em particular, ele buscou elevar o nível de qualidade da alimentação e restringir drasticamente o uso de bebidas alcoólicas, vendendo produtos genuínos (sem mistura) e com preços muito próximos aos de custo. Esta medida invertia completamente as práticas correntes em muitos lugares na Grã-Bretanha de embranquecer o pão com alume (sulfato de alumínio), adicionar água e condimentar a cerveja com ópio (Birchall, 1997: 03), dentre outras, com o objetivo exclusivo de ampliar os lucros.

A questão alimentar é mais importante do que parece. A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale talvez tenha se constituído como cooperativa de consumo em grande medida em função deste problema. Ainda e talvez mais profundamente hoje, inúmeros efeitos das transformações econômicas são sentidos de forma muito sensível na qualidade dos padrões de consumo dos trabalhadores. Do mesmo modo, o alcoolismo ainda desempenha um obstáculo decisivo nos processos de organização destes.

Assim, no mês de novembro de 1843, “28 operários qualificados de diversos ofícios” (Singer, 2002: 39), buscando melhorar sua condição econômica, reuniram-se em assembléia e decidiram fundar um armazém cooperativo. As duas outras soluções propostas foram a emigração e se abster do consumo de álcool. (Pinho, 1966: 40)

Retornando ao trabalho de Owen em New Lanark, pode-se dizer que seu maior feito foi no campo da educação infantil. Ele acreditava firmemente nos poderes da educação na transformação das condições de vida, o que o impulsionou a fundar escolas infantis na Grã-Bretanha por toda a vida. Também não é nenhuma surpresa que a promoção da educação para os sócios seja um dos princípios de Rochdale, já que pelos menos a metade dos pioneiros era declaradamente owenista. (Singer, 2002: 39-40)

Apesar das previsões pessimistas e do afastamento de inúmeros sócios em New Lanark e outros empreendimentos em função das despesas elevadas, a iniciativa de Owen obteve sucesso comercial por algum tempo. Com efeitos sobre a produtividade do trabalho e inúmeras

melhorias em termos de condições de vida e de trabalho, New Lanark constituiu um dos modelos nos quais os Pioneiros de Rochdale se inspiraram.

Segundo Paul Singer (idem: 40-41), o princípio referente ao pagamento de juros limitados sobre o capital provinha também de New Lanark, o que dotava Owen de uma margem de reinvestimento mais ampla<sup>31</sup>. Sabe-se que, ainda hoje, o investimento é uma questão-chave para as cooperativas e grupos de produção, com efeitos diretos sobre seu sucesso ou fracasso econômico.

As chamadas pré-cooperativas, tais como a New Harmony, em Indiana (EUA), de iniciativa do próprio Owen em 1825, que resultaria em fracasso apenas dois anos depois, os Falanstérios idealizados por Charles Fourier; além das Colônias Icarianas inspiradas por Étienne Cabet, serviram também como exemplos para a construção do cooperativismo. É importante ressaltar que este conjunto de iniciativas inspiradoras acontece no mesmo momento e, principalmente, contra os efeitos da Revolução Industrial que está sendo operada sobre a classe trabalhadora britânica.

#### O contexto de

lutas sociais por melhores condições de vida originárias de processos organizativos do movimento sindical inglês, resultou em novas formas de organização, materializadas em cooperativas de consumo e crédito, na criação da legislação trabalhista e também dos próprios sindicatos e sua organização em centrais profissionais, bem como outros benefícios. (Hobsbawn: 1988).

Esse aspecto deve ser enfatizado. O surgimento e desenvolvimento do cooperativismo só podem ser explicados no contexto da imensa transformação das condições de vida e trabalho, além da própria natureza,

<sup>31</sup> Na época, o movimento cooperativista já considerava o investimento privado. Ainda que limitados a um baixo percentual de remuneração, eram aceitos capitais privados para financiamento dos empreendimentos coletivos. Este capital poderia ser, inclusive, de sócios-cooperados. Note-se que desta forma era possível aceitar recursos financeiros daqueles que dispunham de alguma poupança, mantendo-se ao mesmo tempo o princípio de cotas iguais.

alterando suas formas tradicionais e convertendo ambos, homens e ambiente, em mercadorias. (Polanyi, 2000) É este momento específico de crise social estrutural que abre a possibilidade de novas formas de organização da produção e da distribuição com base em uma nova moral coletivista e solidária.

É nesse sentido que a criação da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale pode ser considerada uma reação a tais transformações, uma reação que vinha sendo ensaiada muito antes, por inúmeras iniciativas isoladas, mas que assume forma concreta em “uma cidade de tecelões auto-educados, orgulhosos de suas tradições e confiantes no seu valor”. (Rique, 1999: 03)

**É claro que orgulho, tradição e autoconfiança não surgiram do nada, mas foram forjados em uma prática cotidiana de militância** “na comunidade Owenista, na militância cartista, nos movimentos religiosos e sindicais”. (idem) Nesse sentido, é notável que todos os 28 tecelões fundadores da Sociedade tivessem participado ativamente das greves de 1842-1844.

Este fragmento histórico revela mais um ponto importante para este nosso retorno às raízes do cooperativismo. Nesse sentido, não deve ser novidade para nenhum gestor de economia solidária a importante contribuição daqueles participantes de empreendimentos que já experimentaram algum tipo de militância política, religiosa, sindical, ambiental, etc., na medida em que atribuem um sentido mais claro, coeso e duradouro para suas ações.

Não é de se admirar, portanto, que as características dos tecelões de Rochdale os colocassem em uma posição privilegiada para captar os eventos profundamente transformadores da Revolução Industrial e seus contramovimentos, integrá-los em suas trajetórias pessoais, elaborando-os em uma reação coletiva e, principalmente, para implementar esta reação em um sentido absolutamente novo e emancipatório.

Além dos dois princípios já apresentados – **promoção da educação para os associados e pagamento limitado de juros sobre o capital investido** – a Sociedade dos Pioneiros adotou mais cinco outros princípios de atuação que, conjuntamente, resultaram na forma moderna do cooperativismo e na própria economia solidária. Se os

princípios da **neutralidade política e religiosa** e da **‘porta aberta’** se adequavam perfeitamente à diversidade dos membros e à necessidade de aumentar seu número, elevando os ganhos de escala (Singer, 2002: 40), o princípio de **ventas exclusivamente à vista** havia sido elaborado a partir da experiência com inadimplência dos sócios na loja cooperativa de 1833 a 1835.

Embora o princípio da **distribuição dos excedentes ou sobras em proporção às transações realizadas pelos membros**, já aplicado em outros empreendimentos, tenha sido já aperfeiçoado e adequado aos diversos tipos de cooperativas atualmente, o princípio de **controle democrático (ou uma pessoa = um voto)** era especialmente revolucionário. Esta norma resumia a novidade da experiência de Rochdale. Não se tratava mais de contar com o esclarecimento e a benevolência de industriais ou reformadores sociais, como Owen, e sim em confiar na capacidade de organização dos próprios trabalhadores para transformar suas condições de vida.

A utopia cooperativa estava finalmente implantada. E não foi muito difícil que ela se difundisse nas mais diferentes áreas da vida humana<sup>32</sup>. Assim, a passagem do consumo à produção se deu pela criação do Moinho de Trigo Cooperativo de Rochdale (1850) e da Sociedade Cooperativa Manufatureira de Rochdale (1854), inicialmente uma tecelagem e posteriormente também uma fiação. (Singer, 2002: 43)

Ora, ligados desde seu aparecimento, o cooperativismo de consumo e o de produção não haviam sido inventados pelos Pioneiros. Já no início da década de 1760, estivadores de Woolwich construíram moinhos de trigo em oposição à adulteração da farinha e é de 1769 o primeiro registro de uma loja cooperativa da Sociedade dos Tecelões de Fenwick, Ayrshire. Nesta mesma época, outros moinhos e uma padaria cooperativa foram fundados em Chatham, Kent.

Mas é a partir do exemplo bem sucedido de Rochdale e do agravamento das consequências sociais da Revolução Industrial que se pode compreender o “notável renascimento do cooperativismo de

<sup>32</sup> Ainda em Rochdale, a Sociedade dos Pioneiros organizaria debates e abriria uma sala de leitura, uma biblioteca e uma alfaiataria até 1848. (Singer, 2002: 43)

produção na década de 1860. [...] Entre 1862 e 1880, há registros de 163 cooperativas de produção” (idem: 47). Em locais ainda pouco industrializados, esses efeitos sociais também vinham sendo sentidos, já que a Revolução Industrial ditava o novo ritmo e impunha um modelo de progresso. O incrível crescimento populacional e a ampliação dos mercados de matérias-primas e seus efeitos sobre os preços, quantidades e qualidade dos alimentos encurralavam as formas de comércio e produção tradicionais, alterando os modos de vida e trabalho em muitos lugares da Europa.

A Alemanha não foge a esta regra. Segundo Birchall (1997: 11-2), nos estados que compõem hoje o Oeste e o Centro do país, a servidão havia desaparecido e se estabelecia uma nova classe de agricultores individuais, cada vez mais dependentes de transações monetárias após as reformas agrárias de 1848 que lhes concedeu a propriedade completa da terra. Nessa década, entre 1845 e 1847 a Alemanha enfrentou uma verdadeira tragédia, explicada por condições climáticas excepcionalmente rigorosas, o que levou a perdas sucessivas das safras de grãos, e pela chamada ‘gangrena seca’ da batata, que se espalhou pelo continente por toda a década. Essa situação levou à fome generalizada, ocasionando um forte movimento de migração para a América. Já nas cidades, o sistema corporativo de ofícios continuou a predominar, pelo menos até a década de 1860, o que limitava ainda mais as condições de atendimento a uma população demandante crescente.

Estes eventos foram interpretados por Franz Hermann Schulze e Friedrich Wilhelm Raiffeisen como ligados à desmonetização da economia, ou mais simplesmente, à escassez de dinheiro da população em geral, dinheiro este que pudesse gerar investimento produtivo (capital). Era necessário que os pobres tivessem seus próprios bancos de empréstimo. Schulze era economista e juiz, tendo sido prefeito de Delitzsch, que ele acrescentou ao sobrenome em 1848 para se diferenciar de outros Schulze na Assembléia Nacional Prussiana. Raiffeisen, natural da Renânia, aos 17 anos já era um oficial de carreira do Exército Prussiano que, devido a uma lesão ótica, havia sido transferido para a administração municipal em 1843, tornando-se prefeito de Weyerbusch (1845), de Flammersfeld (1848) e de Heddesdorf (1852-65).

Ambos eram, portanto, homens públicos interessados em diminuir o sofrimento de seu povo. Como juiz em Delitzsch, Schulze, quando se anunciou a tragédia em 1847, “formou um comitê que alugou um moinho de grãos e uma padaria [e] comprou trigo no atacado para distribuir grãos aos necessitados” (Singer, 2002: 60). Em 1849, fundou uma sociedade de ajuda mútua nos moldes das associações mutualistas britânicas, que já conhecia, e uma associação de mestres sapateiros, para a compra conjunta de matérias-primas. Mas foi em 1850 que Schulze fundou a primeira sociedade de empréstimos em Delitzsch.

Na verdade, esta era uma associação filantrópica patrocinada por alguns de seus amigos, que ficaria adormecida quando de seu afastamento para assumir novo posto de juiz, e que iria ser reestruturada em 1852, nos moldes de uma associação similar em Eilenburg, constituída por outros dois amigos. Esta associação tomava empréstimos de outros intermediários financeiros para seus sócios, todos artesãos com algum patrimônio, mas destituídos de capital de giro, e garantia seu pagamento através da responsabilidade ilimitada dos sócios. (idem: 61) Com alguns acréscimos e, em especial, a idéia de que os empréstimos tomados destinarem-se-iam sempre a fins produtivos, ele acabava de ‘inventar’ a Cooperativa de Crédito Schulze-Delitzsch, o primeiro Banco do Povo.

Raiffeisen distribuiu pão e batatas para a população pobre de Weyerbusch durante a fome de 1846 e no ano seguinte fundou, com base no trabalho de Schulze e em uma perspectiva filantrópica, uma sociedade de empréstimos para apoiar os pequenos agricultores. Como nas cooperativas de crédito Schulze-Delitzsch e nas de consumo e produção, também logo ficou claro que a criação e desenvolvimento das cooperativas rurais dependiam fundamentalmente da responsabilidade de seus membros. Ele continuou como prefeito e homem público, a construir escolas e estradas.

Já em Flammersfelder, sensibilizado pelo sofrimento da população rural, a mercê de usurários quando ocorriam safras ruins, Raiffeisen criou uma associação de poupança e empréstimos para a compra de gado e equipamentos. Mas foi em 1864, em Anhausen, Heddesdorf (hoje Rengsdorf), que ele criou a Caixa Associativa de Empréstimos de Heddesdorf. Marcada por uma menor dimensão territorial, o que

facilitava as interações pessoais e aumentava a confiança mútua, as cooperativas de crédito rural Raiffeisen se apoiaram largamente no trabalho voluntário (Singer, 2002: 65), já que o atendimento a uma população mais pobre necessitava de menores custos de funcionamento. Este conjunto de características explica seu maior desenvolvimento em face das cooperativas Schulze-Delitzch.

É interessante como não parece haver nenhum descompasso entre as experiências históricas do cooperativismo europeu, em seus três principais ramos – consumo, produção e crédito (urbano e rural) – e as primeiras tentativas de implementar as idéias cooperativistas no Brasil na década de 1840. Nesse sentido, é notável a influência conjugada da religião católica – em especial da ordem salesiana – e da nova medicina francesa. Ainda antes disso, houve esforços de imigrantes europeus para a organização de estruturas comunitárias de compra e venda, sendo uma das mais notáveis a de um grupo de 248 alemães que fundaram a Colônia Rio Negro em 1829, hoje município do estado do Paraná.

O médico Benoit Jules de Mure (1809-1858) chegou ao Rio de Janeiro, em 1840, decidido a empregar seus conhecimentos em homeopatia e fortuna pessoal no tratamento dos desvalidos. Mure, membro da Union Industrielle de Paris e influenciado pelas idéias de Charles Fourier e Joseph Jacotot, foi apresentado, junto com um grupo de colonos franceses pobres, ao recém-coroadado Imperador D. Pedro II, em 1841, expondo a este seus planos de colonização da península catarinense formada pelo Rio São Francisco, que ficou conhecida como Falanstério ou Colônia Industrial do Sahy<sup>33</sup>. (Gonçalves, 2004: 10)

Essa experiência, que pretendia se tornar um núcleo de produção de máquinas industriais a vapor, implantada no mesmo ano às margens da Baía de Babitonga, próxima à histórica cidade de São Francisco do Sul, fracassou já em 1843. Concorreram para isto as dissidências entre Mure e Michel Derrion, que recrutara os 110 primeiros colonos em Lyon, a ausência do apoio oficial prometido, ausência de encomendas e pelas difíceis condições locais, de modo que se impunham tarefas agrícolas a

<sup>33</sup> Mure chegou a organizar em 1842, no que hoje é o município de Saf, a Escola Suplementar de Medicina e Instituto Homeopático de Sahy.

artistas e artesãos qualificados. O grupo liderado por Derrion terminou por fundar, a pouca distância, a Colônia de Palmital, atual Vila da Glória, município de São Francisco do Sul.

Oficialmente, no entanto, o cooperativismo surgiu no Brasil por iniciativa do também médico francês e fourierista Jean Maurice Faivre, tendo este recebido da Coroa uma grande quantidade de terras na região do atual município de Cândido de Abreu, Paraná. A Colônia Tereza Cristina foi, então, fundada em 1847 em homenagem a Imperatriz, sua patrocinadora. Faivre, pesquisador naturalista, se instala na localidade com 87 famílias francesas e algumas outras brasileiras. No entanto, este núcleo também não teria vida longa: doenças como malária e febre amarela vitimaram muitos colonos, e associadas a problemas de adaptação, fizeram com que muitas famílias buscassem novos locais de moradia, o que deu origem a outros núcleos de povoamento paranaenses.

Mas o que o implante destas experiências, ou pré-cooperativas, parece demonstrar é que não havia condições reais para o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. Às limitações da industrialização, ainda engatinhando naquele momento, junta-se sua marca filantrópica e utopista que permaneceria ainda algum tempo, mesmo em experimentos de inspiração anarquista, como a Colônia Cecília, implantada pelo agrônomo italiano Giovanni Rossi em 1890, no atual município de Palmeira, também no Paraná, além das experiências vivenciadas no Rio Grande do Sul, como o Movimento dos Mucker em Sapiranga (1872-1876).

No entanto, no limiar desta década, já estavam colocadas muitas das condições típicas de uma sociedade industrial, com uma estrutura urbana em processo de integração e a emergência de uma classe trabalhadora livre em substituição ao trabalhador escravo. Não por acaso, se registra em 1887 a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas (SP). Outras cooperativas de consumo, ligadas a ocupações urbano-industriais, vão surgindo em seqüência. Em 1889, foram criadas a Cooperativa de Consumo de Ouro Preto (MG) e a Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais.

Em 1889, fundou-se a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira (SP), com registro oficial em

1891. Em 1892, Vicente Monteggia cria a “Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli Industriali”, em Alfredo Chaves, atualmente Veranópolis (RS), e, em 1894 e 1895, surgem a Cooperativa Militar de Consumo, no Rio de Janeiro, e a Cooperativa de Consumo ou Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe (PE), respectivamente.

Esta última foi criada pelo engenheiro e industrial Carlos Alberto de Menezes, administrador do núcleo de 127 moradias para casais e 24 de solteiros da Companhia Industrial Pernambucana (hoje Indústria de Tecidos Vivabrás – antiga Braspérola), em Camaragibe. Impressionado com o movimento cooperativista europeu, ele decidiu criar uma cooperativa de consumo para os funcionários da fábrica, de modo que se reduzissem seus gastos com alimentação, em face dos baixos salários e do custo de vida elevado.

“As raízes religiosas do pensamento social católico, com presença peculiar no paternalismo industrial brasileiro, estão visíveis” (Gunn, 2005: 22), neste caso, motivado também por uma viagem à Europa e pela publicação da Encíclica Rerum Novarum do Papa Leão XXIII, sobre a condição dos operários (1891) – mesmo ano da criação da fábrica.

O ano de 1902 e a Vila Imperial – hoje Nova Petrópolis (RS) – marcam o surgimento da primeira cooperativa de crédito rural da América Latina. Fundada pelo padre jesuíta suíço Theodor Amstad e lideranças rurais de origem alemã ligadas à produção de vinho, essa cooperativa se baseava no modelo Raiffeisen. Atualmente mantém a denominação de Cooperativa de Crédito de Nova Petrópolis. Em 1906, ainda no Rio Grande do Sul, foi fundada uma Cooperativa de Produção Agropecuária.

Em 1907, a partir de uma iniciativa do recém-eleito Presidente de Minas Gerais (1906), João Pinheiro da Silva, também advogado e industrial, o estado passa a fazer parte do mapa cooperativista que vai se desenhando no país. Ele próprio, um filho de imigrante, implementa, através da imigração, um projeto de modernização e ampliação das práticas e culturas agrícolas vigentes, como parte de seu Manifesto-Programa. Em seu governo foram criadas as primeiras colônias agrícolas do estado.

Em 1908 surge a Cooperativa Internacional da Lapa – de consumo, criada por imigrantes ingleses que vieram trabalhar na São Paulo Railway

(Companhia Ferroviária Santos-Jundá). Essa cooperativa, hoje denominada Cooperativa de Consumo da Lapa, com relações estreitas com a maçonaria – o italiano Miguel Franchini, seu primeiro presidente, foi também fundador da Loja Maçônica Estrela da Lapa em 1902 – provavelmente foi a primeira inspirada diretamente no modelo de Rochdale.

Entre 1913 e 1929, surgiram novas cooperativas, muitas das quais fomentadas pela contratação, pelo governo brasileiro, do técnico italiano Giuseppe Di Stefano Paternó que havia sido enviado ao Rio Grande do Sul para apoiar a criação de cooperativas de produção agrícola. Em 1913, na cidade no Rio de Janeiro, surgiu a Cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea, sob a liderança e inspiração de Custódio Alfredo Sarandy Raposo, igualmente responsável pela fundação da Cooperativa de Consumo Operária do Arsenal de Guerra.

Sarandy Raposo, propagandista dos ideais cooperativistas de Charles Gide e Fourier no Rio de Janeiro desde 1905 e, posteriormente, funcionário do Ministério da Agricultura, fundou a Confederação Sindical Cooperativista Brasileira (CSCB) em 1921. Recebia também apoio financeiro por parte do Governo da República, desde 1920, para as instituições cooperativas que criasse. É de se notar que sua obra “Teoria e prática da cooperação: da cooperação em geral e especificamente no Brasil”, de 1912, já possuía caráter oficial, publicada pela Imprensa Nacional como anexo ao Relatório do Ministro da Agricultura ao Presidente Hermes da Fonseca.

Na condição de funcionário ministerial, Sarandy Raposo havia sido designado para organizar “os trabalhos de estabelecimento de feiras livres e zonas francas, bem como de propaganda e organização de sindicatos profissionais e sociedades cooperativas” (Gomes, 2005: 132). O cerne de sua missão e a da CSCB era a própria ‘questão social’, para a qual uma transformação social e econômica progressiva, realizada por meios institucionais pacíficos – sindicatos e cooperativas – seria a saída. Nesse sentido, Sarandy Raposo e a CSCB estão na origem da ‘invenção do trabalhismo’ e do modelo cooperativo-sindical tutelado pelo Estado. (idem: 156-168)

Ainda em 1913, surgiu a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (COOPFER), em Santa Maria (RS), por obra de

Manuel Ribas, contratado em 1897 para organizar uma cooperativa pela “Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil”, que administrava as ferrovias gaúchas, tornando-se posteriormente prefeito (1927) e interventor do estado do Paraná (1931-1945). Ribas também fora, como Carlos Alberto de Menezes, motivado por uma viagem à Europa.

A COOPFER se desenvolveu até 1964, tendo criado uma Caixa de Pecúlios, um hospital próprio (Casa de Saúde), uma rede de escolas primárias ao longo da estrada de ferro (Escolas Turmeiras) e uma escola técnica ‘secundária’, com oficinas de marcenaria, tornearia, tipografia, eletricidade, etc, (Escola de Artes e Ofícios), que prestava serviços aos associados. Instituiu também um parque industrial próprio, dotado de fábricas de sabão, café, bolachas, além de padarias, alfaiataria, açougues com abatedouros próprios e farmácias. Chegou a ser a maior cooperativa da América do Sul, com 18 mil membros.

Em 1917, os trabalhadores ferroviários brasileiros fundaram novas cooperativas de consumo. Em 1927, aparece a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), a mais importante cooperativa de imigrantes japoneses. Congregando inicialmente uma comunidade de 83 agricultores, em sua maioria produtores de batata, que fugiam do violento regime de trabalho da cafeicultura, se tornou a mais importante cooperativa agrícola da América do Sul, com 16.309 associados e patrimônio de quase US\$ 60 milhões em 1988.<sup>34</sup>

Em traços gerais, pode-se afirmar que, em ambas as fases, a do pré-cooperativismo e a da constituição do cooperativismo no Brasil, e em quase todas as experiências mais conhecidas, aparecem dois caracteres fundamentais: a relação com o Estado (Imperial ou Republicano) e a figura de um líder carismático inspirador (Weber, 2000). Na prática, o cooperativismo brasileiro, em seu início e nos desenvolvimentos que ainda viriam, nos segmentos de produção e consumo, agropecuário, crédito rural, de habitação e médico, sempre esteve ligado e tutelado pelo Estado, e quase nunca adquiriu um formato propriamente autogestionário. (Singer, 2002: 122)

<sup>34</sup> O engenheiro agrônomo Fábio Rioldi Yassuda, foi seu dirigente mais destacado por cerca de 20 anos, tendo sido Ministro da Indústria e Comércio entre 1969 e 1970, durante o governo Médici, o primeiro ministro de Estado de ascendência japonesa.

Com a atuação destacada de socialistas utópicos como Mure, Faivre e Derrion, passando pelo industrial católico Carlos Alberto de Menezes, pelo jesuíta Amstad e pelo maçom Franchini, e chegando aos “homens de Estado”, como João Pinheiro da Silva, Sarandy Raposo, Manuel Ribas e o próprio Yassuda, o cooperativismo brasileiro demonstrou, desde suas origens, uma afinidade profunda com o controle do Estado. Possivelmente, os fluxos de criação e destruição de cooperativas corresponderam menos às tendências próprias da organização dos trabalhadores do que às facilidades e obstáculos oferecidos pelo Estado.

A implantação de uma Ditadura Militar industrial-modernizadora em 1964, longe de alterar esse quadro mais geral de um cooperativismo tutelado, apenas o aprofunda. Nesse sentido, a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em 1969, através da fusão da Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOP) e da União Nacional das Associações de Cooperativas (UNASCO), foi decisiva, sendo a OCB implantada oficialmente em 1971. A centralização da representação das cooperativas via OCB foi decidida pelo Estado, realizando-se a reunião decisiva no gabinete do então Ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima (Silva, 2006: 68). Parece mesmo que as relações de afinidade entre o cooperativismo e o Estado brasileiros estavam, neste momento, sendo apenas institucionalizadas.

A Lei 5.764/71, chamada de Lei do Cooperativismo, vai referendar a relação do Estado com a OCB, garantindo a esta o monopólio da representação do sistema cooperativista (Art. 105). Através dela é definida uma política nacional para o setor, instituído o regime jurídico e outras normatizações: quanto à constituição (Art. 4, incisos de I a IX, e Art. 14, 15 e 16); aos direitos e obrigações de seus associados (Art. 29 a 37); à fiscalização (Art. 56); e ao ato cooperativo (Art. 79). Ainda em vigor, esta legislação tem se mostrado inadequada como referência legal para o cooperativismo de base popular. Inserida na lógica de reprodução e acumulação capitalista e instituída pelos setores rurais conservadores, é, de fato, voltada aos interesses de grandes empreendimentos, regulamentando, na prática, um “cooperativismo” de ricos.

Vale lembrar que a consolidação das relações capitalistas, com destaque para as conquistas trabalhistas e sindicais, permitiu o surgimento da expectativa de universalização do assalariamento, quando as demais

formas de produção existentes, tais como comunitárias, artesanais, familiares e cooperativas, passaram a ser consideradas “resquícios atrasados” de relações do passado, a serem superadas. Enquanto o capitalismo industrial oferecia oportunidades de inclusão social através da geração de postos de trabalho, submetia também as formas coletivas de produção que tenderam a serem absorvidas, transformadas ou deturpadas pelas pressões do mercado. Valores individualistas, concorrenciais e monetários hegemônicos deformaram importantes princípios cooperativistas historicamente conquistados, e o chamado cooperativismo tradicional passou, em muitos casos, após a década de 1970, a praticar alguma forma de exploração de seus associados ou de contribuir para a precarização do trabalho, isolando-se ainda mais do movimento sindical.

Desde então, no contexto de um “contínuo e multifacetado processo de reorganização do trabalho” (Silva, 1999: 58), as formas antes chamadas de “atrasadas”, as quais se acreditava que fossem desaparecer, ampliaram-se para absorver o crescente contingente de excluídos. Diante desse novo quadro do mercado de trabalho e face à situação de pobreza, exclusão social e crescimento do desemprego e subemprego, a partir dos últimos dez anos do séc. XX se verifica uma mudança. A sociedade civil, em grande parte do mundo, passou a apoiar o amplo movimento de iniciativas para geração de trabalho e renda de forma coletiva, identificado como economia solidária ou socioeconomia Solidária. Sua melhor expressão se dá no cooperativismo popular que passa a se fortalecer de forma paralela ao cooperativismo tradicional.

No Brasil não foi diferente: o desemprego que atinge cerca de 10% da PEA<sup>35</sup> é provavelmente, o maior responsável pelo novo “boom” do cooperativismo, acompanhado de outras causas conhecidas da implantação de políticas neoliberais, tais como a desregulamentação do trabalho, através de diversas medidas legais paralelas, ainda que a formalização de uma nova legislação trabalhista não tenha se efetivado.

<sup>35</sup> A População Economicamente Ativa (PEA) compreende todas as pessoas entre 10 e 64 anos de idade, que estão trabalhando ou procurando emprego e constituem a força de trabalho do país. A taxa de desemprego estimada pelo IBGE para agosto de 2007 foi de 9,7%.

Antes mesmo de serem criadas instituições que passariam a fomentar um cooperativismo popular independente, em todo o país a população de baixa renda e fora do mercado formal de trabalho encontrava suas formas alternativas e solidárias de sobrevivência, principalmente através de associações, cooperativas e pequenos empreendimentos produtivos, não necessariamente legalizados.

Considerado em seu conjunto, há hoje, no país, um cooperativismo potente, expresso pelo aumento de 331% no número de cooperativas entre 1990 e 2001, que passam de 4.666 para 20.579.<sup>36</sup> No seu interior, pode-se considerar que são duas as “correntes” contemporâneas, feitas as seguintes observações: a) é possível que existam outras tendências, ainda que menos expressivas; b) as cooperativas muitas vezes fogem do tipo “ideal” aqui descrito, inserindo, no seu cotidiano, procedimentos administrativos que, teoricamente, pertencem a outro grupo de paradigmas.

Estas duas visões e práticas são desenvolvidas pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e pelas Incubadoras Universitárias da Unitrabalho, e da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), as duas últimas trabalhando apenas com o cooperativismo popular. ONG's e órgãos públicos também criam e assessoram cooperativas populares, tradicionais ou autogestionárias.

Neste texto, a intenção é descrever o debate atualmente existente acerca de concepções teóricas e práticas de como fazer cooperativismo hoje no Brasil, acompanhado de um pequeno histórico das principais entidades que as praticam<sup>37</sup>.

Este debate está no centro das novas ações de incentivo ao cooperativismo, nascidas ou efetivadas no governo Lula, portanto, pós 2003. Essencialmente, participam dele, além das entidades acima citadas, responsáveis pela implementação de cooperativas, também aquelas

<sup>36</sup> Dados da Rede UniRcoop – Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo ([www.unircoop.org](http://www.unircoop.org)). Segundo as estatísticas da OCB para o mesmo período, o número de seus filiados passa de cerca de 4.800 para 8.000 (Núcleo Banco de Dados GETEC/OCB). Por outro lado, o mapeamento realizado pela SENAES aponta a existência de 14.954 empreendimentos de economia solidária em 2005.

<sup>37</sup> Não serão discutidas neste documento, concepções de entidades que estejam afastadas da prática cooperativista, como aquelas que têm função de representação ou estudos e pesquisas sobre o tema.

instituições que colaboram, de forma efetiva, para o fomento do cooperativismo e da criação de um novo marco teórico e jurídico ou de outra institucionalidade para este tipo cooperativismo. São elas: a SENAES, o FBES, o Programa PRONINC, da FINEP, e a Rede de Tecnologias Sociais (RTS), da Fundação Banco do Brasil, entre as principais.

No início dos anos 1970, quando foi criada a OCB, a proposta era de implantação de um modelo copiado de outros países da América Latina, em especial exitosos no setor agrícola, como o Peru e a Bolívia, e que fosse capaz de gerar, no Brasil, trabalho e renda para uma população crescentemente excluída do processo de capitalização do campo.

Os militares, no governo, executavam a proposta da USAID<sup>38</sup> para a América Latina, concebida também como alternativa política que desestimulasse a participação desta população nas ligas e associações camponesas<sup>39</sup>, ideologicamente próximas das lutas socialistas e anti-militar.

O cooperativismo instrumental que foi implementado gerou a criação de cooperativas distanciadas dos trabalhadores e principalmente daqueles de baixa renda e qualificação e de suas lutas históricas de emancipação. Grandes empreendimentos cooperativos passam a competir com empreendimentos privados do setor leiteiro, fruticultura, bancos, etc., sem haver passado antes pelas experiências políticas, sindicais e/ou partidárias, tal com se deu na Inglaterra e na França dos séculos XIX e XX.

Na sua estreita ligação com os governos militares, a OCB garantiu não só o controle de todas as cooperativas, que precisam de sua autorização para funcionamento, como também a cobrança de taxas para sua legalização e para a manutenção da entidade.

Com a conjuntura iniciada em 2003 de incentivo ao cooperativismo, 32 anos após sua fundação, a OCB volta a se fortalecer, na ativa participação na constituição de um **cooperativismo** que poderia ser chamado de **pragmático**. Organizada através de um sistema de filiais

<sup>38</sup> Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional.

<sup>39</sup> Até 1971 eram os sindicatos agrícolas que tinham a função de organização de cooperativas, segundo o Decreto-Legislativo 979 de 06/01/1903.

estaduais e parcerias com projetos das administrações municipais, a OCB tem contribuído para a criação de cooperativas que pouco ou nada guardam dos princípios do cooperativismo, tal como foi proposto em suas origens. A maioria delas, na prática, reforça as condições de precarização do trabalho, tanto em situações onde há uma subordinação real do conjunto dos cooperados por uma minoria incrustada na diretoria e que os controla financeiramente, quanto por empresários que ajudam seus empregados a se constituírem como cooperativas para contratá-los, em seguida, como prestadores de serviços. Ainda que “falsas” cooperativas possam ser encontradas em todos os setores econômicos e tipos de cooperativismo<sup>40</sup>, há uma concentração maior delas no chamado cooperativismo “de trabalho”.<sup>41</sup> Substituindo o assalariamento por um contrato de prestação de serviços livre de encargos trabalhistas e impostos, elas têm sido, recentemente, objeto de investigação e punição pelo Ministério Público.

Do ponto de vista da OCB, o cooperativismo que pratica é o legítimo, pois é ele que é capaz de influir economicamente, pela escala que pode alcançar, na geração de renda para uma população, em geral pouco ou nada qualificada, que, de outra maneira, não teria como se inserir ou reinserir no mercado do trabalho, em contração estrutural.

Esta concepção pragmática do cooperativismo, ainda que em alguns estados dispute clientela, tem estreita concordância com os princípios e as práticas de outros dois organismos estatais com os quais também realiza parcerias constantes: o SEBRAE e o SESCOOP. Com este último, em geral, ocupa o mesmo espaço físico e tem a mesma direção.

A ligação destes sistemas, criados com funções e propostas bastante parecidas, para reforço, complementaridade e compensação de fragilidades eventuais de alguns deles, resulta num cooperativismo conservador, destituído de qualquer proposta político-pedagógica, ou, se preferirmos, um cooperativismo que confunde opiniões e reforça o sistema instituído. Desejosos de conseguir o controle do conjunto de

<sup>40</sup> E não, necessariamente, estarão filiadas à OCB.

<sup>41</sup> Importante ressaltar que nem todas as cooperativas filiadas a OCB, assim como nem todas as cooperativas “de trabalho”, podem ser consideradas “falsas”, pois muitas praticam os princípios cooperativistas.

empreendimentos cooperativos do Brasil, nos últimos anos, por exemplo, passaram a incorporar alguns conceitos que se popularizaram neste meio, tais como “empreendedorismo solidário”.

Sua metodologia consiste em reunir grupos de pessoas sem trabalho e propor, segundo afinidades encontradas nos próprios grupos ou segundo interesse do contratante da OCB/SESCOOP, a constituição de uma ou mais cooperativas. Segue-se a isto, um curso de cooperativismo que não ultrapassa 120h, junto com procedimentos para legalização na Junta Comercial ou no Cartório de Pessoa Jurídica. A OCB passa então a fornecer aos seus associados assessoria jurídica e contábil com preços negociáveis ou gratuitamente, caso a cooperativa não gere um certo volume de renda anual.

No embate atual por uma nova legislação do cooperativismo, a OCB e a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) têm se constituído como os dois principais pólos divergentes.

A segunda concepção, chamada atualmente de “**novo cooperativismo**”, surge em 1993 como desdobramento do movimento “Ação pela Cidadania contra Fome e a Miséria”, concebido pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Com a criação do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), o apoio da FINEP e da Fundação Banco do Brasil, a COPPE/UFRJ<sup>42</sup> é convidada como parceira do projeto de mobilização nacional, desenvolvendo uma proposta de combate à fome através da geração de trabalho e renda de forma coletiva. Professores, alunos e funcionários técnico-administrativos passam a “incubar” jovens cooperativas ainda sem condições de sustentabilidade para competirem no mercado. A primeira delas, uma cooperativa “de trabalho”, organizando trabalhadores de limpeza e manutenção da Fundação Oswaldo Cruz.

Este modelo foi muitas vezes multiplicado e com ele formou-se a Rede de ITCP's, projeto de extensão da UFRJ que opta por não se constituir como pessoa jurídica, e, portanto, por não ter representatividade legal. Em maio de 2005, eram 18 incubadoras ligadas à rede de ITCP's.

<sup>42</sup> COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Sua página na internet, em abril de 2008, define como seu objetivo trabalhar com cooperativas populares numa perspectiva autogestionária, embora não faça nenhuma referência explícita à economia solidária.

Por sua vez, a Rede Unitrabalho, instituída legalmente na forma de “Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho” tem, em 2008, um total de 92 universidades agregadas e nas quais existem 38 Incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária, vinculadas à Rede e ao “Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável”. A missão deste programa é atender às necessidades de qualificação educacional, técnica e empresarial de iniciativas econômicas solidárias, adotando uma concepção de “negócios sustentáveis” que integram o econômico com o social e o ambiental. Na prática, desenvolve uma metodologia de incubação bastante próxima daquela adotada pelas ITCP's, “oferecendo suporte organizacional e de autogestão, bem como orientação para implementar novas tecnologias e inserção em cadeias ou arranjos produtivos (preferencialmente nas cadeias da fruticultura, apicultura, confecção e materiais recicláveis), promovendo o desenvolvimento sustentável”.<sup>43</sup>

Dentre aqueles que assessoram empreendimentos populares, nota-se a existência de dois grupos que, embora não antagônicos, dão ênfases diferentes, dentro da economia solidária, à importância de incentivar a criação de novos empreendimentos econômicos. Considerado por alguns como “movimento nacional de economia solidária”, uma das propostas dá destaque às mudanças na estrutura social manifestas em novas práticas sócio-culturais que visem superar o modo de produção capitalista. Assim, os resultados econômicos positivos de um empreendimento e sua sustentabilidade são menos importantes do que a transformação geral dos incubados, na perspectiva de se tornarem agentes ativos da construção de uma sociedade ecologicamente correta, justa e igualitária.

A outra proposta, embora tenha a mesma afinidade ideológica, busca constituir uma economia solidária com ênfase na obtenção de

<sup>43</sup> No sítio da Unitrabalho ([www.unitrabalho.org.br](http://www.unitrabalho.org.br)) em “Objetivos do Programa de Economia Solidária”. Consultado em 20 de abril de 2008.

maior sucesso nos empreendimentos econômicos autogestionários e sustentáveis, capazes de serem exemplares para outros e tornarem-se, de fato, alternativa de geração de trabalho, renda e inclusão social.

Um terceiro grupo de entidades de apoio e consultoria, em geral constituído por ONG's, também trabalha com o fortalecimento do cooperativismo ou de outros empreendimentos populares, e, no entanto, não participa da proposta da economia solidária por negar a prática autogestionária.

Estas divergências parecem confundir o conjunto dos trabalhadores envolvidos como público-alvo e também os técnicos/assessores ainda não amadurecidos por este debate, mesmo que ele seja tão importante.

## 2. AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

O debate sobre a crise do trabalho em países como o Brasil, que nunca tiveram exatamente, um Estado de Bem-estar Social, assume importância redobrada. Por que estes dois fenômenos, o trabalho e a proteção social, estão relacionados? À primeira vista, um e outro nada teriam em comum. E isso porque, como idéia, o Estado de Bem-estar Social ou *Welfare State* inspirou-se em um modelo de cidadania universal.

Ou seja, a condição de cidadão e o acesso aos benefícios da cidadania são independentes da participação do indivíduo no processo produtivo, ou seja, do fato do indivíduo estar trabalhando, ou mesmo da contribuição que este oferece ao sistema de proteção ou previdência social. Assim, ser trabalhador não é, ou não deveria ser, a condição fundamental para estar protegido contra a doença, a invalidez, etc.

Historicamente, esta forma de organização política e econômica da sociedade, criada na Inglaterra no pós-II Guerra, proporcionou, com efeito, níveis mínimos de bem-estar social a parcelas muito expressivas das populações dos países industrializados originais.

Ainda assim, durante os anos em que este modelo pode ser considerado bem-sucedido, ou seja, entre as décadas de 1940 e 1970, os níveis de assalariamento do trabalho destes países permaneceram consideravelmente altos. Isto quer dizer que, na prática, existe uma certa ligação entre o sucesso do Estado em ampliar e garantir direitos e a situação do mundo do trabalho.

Pode-se dizer que por trás da relação entre trabalho assalariado e proteção social, grosso modo, se encontra um elemento determinante.

Por um lado, as economias dos países industrializados cresciam naquele momento (1947-1973) e, conseqüentemente, observavam ganhos de escala e produtividade.

De outro lado, os movimentos sociais, principalmente os sindicatos de trabalhadores, ampliavam sua margem de pressão no processo pelo qual o Estado formulava e implementava políticas públicas. A conseqüência básica era que sua ação garantia para os trabalhadores e para os cidadãos em geral, uma parcela nada desprezível daqueles ganhos.

Para que a proteção social pudesse ter se tornado tão ampla ao ponto de ser chamada de universal, era necessário que as economias nacionais não apenas se ampliassem, mas que possuíssem escala e crescessem no ritmo necessário para manter ou até mesmo aperfeiçoar a proteção social, como se observou nos países escandinavos – Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia. Este período ficou conhecido como os “30 anos dourados” do capitalismo.

Por aqui, mas também em muitos outros lugares fora do núcleo dos países industrializados primeiramente, embora tenham sido adotados muitos dos benefícios sociais e trabalhistas típicos do chamado Estado de Bem-estar Social, já a partir de meados da década de 1940, um sistema universal de proteção social nunca se efetivou.

Entretanto, há evidências da construção de uma sociedade salarial (Castel, 1998: 452) no Brasil, e esta pode ter cumprido papel similar àquele desempenhado nas nações industriais. Assim, enquanto países como a França, EUA e Japão atingiram, já em 1970, um nível de assalariamento de 76,27%, 89,79% e 62,2%, respectivamente, o Brasil observaria taxas similares (75,4%) em 1979.

Por isto o assalariamento é uma condição estruturante das relações de trabalho no modo de produção capitalista neste momento histórico, quaisquer que sejam os espaços considerados. No entanto, existem diferenças profundas no que efetivamente era (e é) ser um trabalhador assalariado em cada um destes países. Para o caso do Brasil, o assalariamento já era muito expressivo naquele momento e permaneceria consideravelmente elevado em períodos críticos, chegando a 72% em 1990.

No entanto, ainda que o assalariamento fosse um padrão de referência básico do desenvolvimento da economia brasileira, o nível de

formalização das relações de trabalho sempre se mostrou um indicador mais confiável do que efetivamente ocorria na vida dos trabalhadores.

Um sistema de regulação e proteção do trabalho já vinha sendo implementado no Brasil desde o final do séc. XIX, por força de processos de luta e reivindicação social no país e no exterior. Exemplos deste período são a proibição do trabalho de menores de 12 anos (1891); a lei de sindicalização rural (1907); a criação do Departamento Nacional do Trabalho (1917); a legislação referente aos acidentes de trabalho (1919); a instituição do Conselho Nacional do Trabalho (1923); e a primeira lei de férias do país (1925).

A industrialização e a urbanização, no entanto, é que definiam os rumos do processo de ampliação de direitos sociais. É exatamente em 1930, ano da revolução que redefiniu o papel das frações da elite político-econômica brasileira, ampliando enormemente a importância da burguesia industrial (paulista), que se cria o Ministério do Trabalho.

Ao lado de outras importantes alterações administrativas no quadro do Governo Federal nestes anos, tanto a Constituição de 1934 quanto a Carta de 1937, já no Estado Novo, previam a criação da Justiça do Trabalho, que só seria instalada por Getúlio Vargas em 1º de maio de 1941.

Estavam colocadas algumas das bases da proteção social ao trabalhador no Brasil. Antes mesmo disso, já tinham sido criados a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (1932)<sup>44</sup>, a licença-maternidade (1934)<sup>45</sup> e o salário-mínimo (1936).<sup>46</sup> Em 1943 é implementada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),<sup>47</sup> instrumento que unificava toda a legislação trabalhista então existente no Brasil.

Na Constituição de 1946, no momento mesmo da redemocratização do país, a Justiça do Trabalho se tornaria, efetivamente,

<sup>44</sup> A CTPS é um documento de registro e comprovação da vida profissional do trabalhador, tendo sido instituída pelo Decreto nº 21.175, de 21/03/1932, e regulamentada pelo Decreto 22.035, de 29/10/1932.

<sup>45</sup> Como membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil foi signatário da Convenção nº 3, de 29/10/1919, que previa a regulamentação da licença-maternidade no país, o que de fato só ocorreu em 26/04/1934. O trabalho feminino era regido então pelo Decreto nº 21.417-A, de 17/05/1932.

<sup>46</sup> O salário-mínimo foi regulamentado pela Lei nº 185 de janeiro de 1936 e pelo Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938. O Decreto-Lei nº 2162 de 01/05/1940, ano em passou a vigorar, fixou seus valores.

<sup>47</sup> A CLT foi criada através do Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943.

órgão do Poder Judiciário, mantendo inclusive sua representação classista com igualdade entre representantes de empregados e empregadores.

Posteriormente, foram criados a Gratificação de Natal ou Décimo Terceiro Salário (1962)<sup>48</sup>, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (1966)<sup>49</sup>, o Programa de Integração Social – PIS (1970)<sup>50</sup>, e, apenas bem mais tarde, o Seguro-Desemprego (1986)<sup>51</sup>, além de benefícios previdenciários.

Apesar de todas as críticas ao caráter paternalista da política social trabalhista e de sua combinação com um tratamento repressivo duríssimo dos trabalhadores por parte das autoridades públicas, em especial, nos períodos ditatoriais (1937-1945 e 1964-1985), o Brasil conseguiu construir um sistema de regulação do trabalho bem-sucedido.

A própria identidade do trabalhador passou a ser definida por sua inserção neste sistema e é exatamente neste ponto que a experiência brasileira da formulação de uma política de proteção social se separa completamente daquela dos países industrializados.

Enquanto a maior parte deles dispunha, já no pós-guerra, de uma variedade de direitos sociais, civis e políticos, historicamente conquistados, compondo uma cidadania consolidada e ampla, até mesmo universal, no Brasil sentia-se que tanto os direitos civis quanto os políticos eram fracos, sobretudo nos períodos ditatoriais.

Além disso, do ponto de vista dos direitos sociais, aqueles que estavam formalmente ‘dentro’ do sistema produtivo, ou seja, aqueles que trabalhavam em troca de um salário e de benefícios trabalhistas e previdenciários, eram os únicos minimamente protegidos.

Ou seja, a diferença básica era que para estar protegido no Brasil, não bastava ser brasileiro. Ainda mais, não bastava apenas ser trabalhador

<sup>48</sup> A Gratificação de Natal foi instituída pela Lei nº 4.090, de 13/07/1962 e regulamentada pelo Decreto nº 57.155, de 03/11/1965.

<sup>49</sup> O FGTS foi instituído pela Lei nº 5.107, de 13/09/1966 e regulamentado pelo Decreto nº 59.820, de 20/12/1966.

<sup>50</sup> O PIS foi criado pela Lei Complementar nº 07 de 1970.

<sup>51</sup> O Seguro-Desemprego, previsto na Constituição de 1946, foi criado apenas nos anos 1980, pelo Decreto-Lei nº 2.284, de 10/03/1986 e regulamentado pelo Decreto nº 92.608, de 30/04/1986.

e receber por essa atividade alguma remuneração. Assim, não era o trabalho assalariado, e ainda menos a cidadania, que garantiam a proteção.

Era necessário ser um tipo específico de trabalhador. Era necessário ser um trabalhador formal. Todos aqueles benefícios e direitos conquistados historicamente eram, então, uma exclusividade daqueles que tinham um emprego. Por isso mesmo, a Carteira de Trabalho se tornou mais do que um documento. Ela passou a definir a identidade do trabalhador. Segundo Peirano (2002: 39),

a carteira de trabalho foi a “certidão de nascimento cívico” após os anos 30 no Brasil, tornando-se o primeiro documento que concedeu cidadania formal aos brasileiros urbanos. Nesse contexto, o que qualifica um cidadão é sua vinculação ao processo produtivo e não sua condição universal (...). Historicamente, a cidadania no Brasil foi regulada pelo Estado, imposta pela inclusão na legislação de novas profissões e/ou ocupações, e pela ampliação dos direitos associados a elas. Passaram, assim, ao status de cidadão todos aqueles que tinham sua atividade ou profissão reconhecida por lei, conseqüentemente sendo considerados pré-cidadãos todos os trabalhadores urbanos não regulamentados (...). Regulada e imposta pelo Estado, a profissão foi incorporada aos valores partilhados socialmente. A carteira de trabalho é o passaporte para a sociedade de direito (...).

Esta se converteu em um sonho durante esse período, e é assim encarada até hoje. E como um bom sonho, para alguns, a Carteira de Trabalho e a formalidade se tornaram uma realidade, enquanto para outros, obviamente, não. O que está em jogo na obtenção deste documento é exatamente as relações e condições de trabalho, que se encontravam em um momento crucial de mudança.

As ocupações urbanas formais, em especial aquelas ligadas à indústria, apresentavam, já no início do séc. XX, melhores condições de trabalho do que as atividades rurais. As exigências padronizadas em termos de conteúdo das tarefas e de tempo total de trabalho, os períodos de descanso diário, semanal e de férias anuais, o acesso ao trabalho, a alimentação, a segurança no local de trabalho e a higiene eram uma prova incontestável de que o futuro do trabalho era a formalidade e o do país era a urbanização.

Isto quer dizer que todos os principais problemas do país poderiam ser resolvidos a partir de sua efetiva modernização. E a modernização significava para aqueles que viviam em condições de vida muito difíceis, a fuga do atraso através da migração do campo para a cidade. Já nos anos 1960 a população urbana superava a rural. Entretanto, a cidade não se mostraria “capaz de gerar tantas oportunidades de emprego quanto as necessárias para assimilar os migrantes oriundos do campo” (Santos, 2003: 29).

O crescimento da economia brasileira, sustentado no processo de industrialização nacional, embora espetacular em alguns períodos, como por exemplo, no chamado ‘milagre econômico’, entre 1968-1973, não conseguiu ampliar o mercado de trabalho formal ao ponto de absorver quantidades tão expressivas de trabalhadores. Assim, a urbanização, ou seja, o crescimento do número de pessoas vivendo e trabalhando em cidades, superou amplamente a industrialização e a capacidade da economia de gerar ocupações de qualidade na escala necessária.

Os empregos formais atingiram, em alguns lugares, como São Paulo, a ampla maioria da população trabalhadora, e os trabalhos de menor qualidade perderam importância ao longo dos anos, simplesmente pela transferência da grande parte da mão-de-obra ocupada na agricultura para ocupações industriais, na construção civil, no comércio e nos serviços.

Entretanto, para algumas categorias de trabalhadores, como camelôs, sapateiros, engraxates, vendedores de doces, guardadores de carros, relojoeiros, chaveiros, músicos e artistas em geral, trabalhadores rurais, etc, a regulamentação do trabalho nunca foi plenamente atingida. Desse modo, estes e muitos outros nunca desfrutaram dos benefícios da formalidade. Ainda assim, a Carteira de Trabalho permaneceria como um sonho.

É importante notar que, ao contrário do que se podia pensar, esse conjunto diverso de trabalhadores sempre foi muito grande no Brasil, e aí, novamente, a experiência brasileira destoa da de outros países. Deixando de lado o fato que a formalização do trabalho no campo sempre foi menor do que nas cidades, ainda assim, o IBGE estimou que os não empregados (autônomos ou sem remuneração) chegavam a 50,1% da população ocupada em 1960 (Singer, 1981: 27).

Mesmo em crescimento, o nível de formalização do mercado de trabalho no Brasil nunca passou de 2/3, tendo chegado a 61,6% o número de empregados em 1976, quase no fim do ciclo de crescimento da economia brasileira. Seu ponto máximo na década atual, atingido em março de 2008, é de 54,6%, segundo o IBGE.

Levando em conta que a maior parte dos trabalhadores restantes é composta de autônomos e não remunerados de diferentes tipos e de que a taxa de desemprego nacional para o mesmo período foi de 8,6% da PEA, pode-se ter uma idéia do contingente de trabalhadores descobertos do sistema formal de proteção social.

Aí está o “x da questão”: a proteção social no Brasil, quase que completamente dependente da posição do indivíduo na atividade produtiva, cobriu apenas parcialmente a população. De fato, mesmo no período em que a formalização do trabalho era apenas questão de tempo até tornar-se universal, a proteção social não chegou mesmo a atingir muito mais do que metade da população brasileira.

O que aparece como claro é que o trabalho formal não irá atingir esta condição universal e, pior ainda, pode, em curto espaço de tempo, converter-se em exceção<sup>52</sup>, em vez de regra, tornando-se assim, um sonho cada vez mais distante para as parcelas crescentes da população trabalhadora.

Se velhos, crianças, doentes e desempregados ‘ocasionais’ eram então, amparados por familiares empregados e formalmente protegidos, o que seria deles se o trabalho mudasse completamente sua aparência? Ou ainda pior, e se o trabalho acabasse? E se o trabalho não fosse mais necessário para gerar riquezas?

O que acontece, de fato, é que, para alguns, o trabalho realmente não é mais necessário! Em um texto contundente, menos pela originalidade do que pela clareza, Martin & Schumann (1997) apresentam alguns dos argumentos daqueles que não acreditam mais precisar do trabalho. Em uma reunião no Hotel Fairmont, São Francisco (EUA), em setembro de 1995, quinhentos líderes mundiais, convidados por Mikhail Gorbachov, discutiam os rumos de uma nova civilização na virada do século.

<sup>52</sup> Muito provavelmente já é uma exceção, se forem considerados os problemas metodológicos do cálculo dos níveis de emprego e desemprego, que mascaram, entre outras questões, a da desistência em procurar trabalho.

Dentre eles, estava John Gage, alto executivo da Sun Microsystems, abrindo o debate do tema “Tecnologia e Trabalho na Economia Global”. Gage apresentava, então, a liberdade de sua companhia em contratar, operar à distância com eficiência e dispensar trabalhadores por meio da internet, não estando presa às diferentes legislações trabalhistas nacionais. Em determinado momento do debate, David Packard, co-fundador de outra grande empresa mundial de tecnologia, a Hewlett-Packard, lhe pergunta:

– “De quantos empregados você precisa verdadeiramente?”

Ao que Gage lhe responde:

– “Seis, talvez oito. Sem eles estaríamos falidos. Quanto ao local do planeta onde eles vivem, isso não importa em absoluto”.

Neste ponto, o mediador, o Prof. Rustum Roy da Pennsylvania State University lhe pergunta:

– “E quantas pessoas trabalham atualmente para a Sun Systems?”, obtendo a seguinte resposta de Gage:

– “São dezesseis mil, mas exceto por uma pequena minoria, todos demissíveis em caso de racionalização”.

Esta história, que mais poderia ser uma fábula cruel, é absolutamente verdadeira e quer dizer que, para milhares de pessoas, como os diversos trabalhadores da Sun Microsystems, de diferentes nacionalidades e com múltiplas relações de trabalho, a segurança e a previsibilidade do trabalho estão comprometidas para sempre. Para estes e muitos outros, a Carteira de Trabalho é um sonho irreal.

Ainda neste mesmo evento, o presidente e fundador do grupo financeiro internacional SGV, Washington SyCip, ampliando para toda a economia mundial a linha de raciocínio de Gage, afirmava que:

– “Não haverá necessidade de mais mão-de-obra”, de modo que todo o processo de produção de bens, seja na indústria ou nas atividades agropecuárias, e a oferta de serviços vão absorver apenas 20% de toda a população mundial.

Será que é mesmo possível imaginar um mundo onde 80% das pessoas não encontrem mais empregos? Ou pior, não encontrem qualquer tipo de trabalho remunerado? Segundo Jeremy Rifkin, professor da

Wharton School, presidente da Fundação de Tendências Econômicas e autor de “O Fim dos Empregos”, sim:

– “Não há dúvida de que os 80% restantes vão ter problemas consideráveis”.

Por fim, Gage retoma a palavra e cita seu colega, diretor da Sun Microsystems, Scott McNealy, avaliando a questão fundamental do futuro:

– “Ter algo para comer ou ser devorado”.

Assim, a chamada sociedade 20 por 80 aparece como uma previsão, cruel sem dúvida, mas aparentemente bastante razoável para alguns dos principais homens de negócios do mundo. Esquecendo um pouco previsões pessimistas desse tipo, o certo é que o trabalho já não é mais o mesmo. Por todo o mundo, novas relações de trabalho e de emprego vêm sendo experimentadas em uma dimensão inédita.

O fenômeno do “trabalhador hifenizado” (Beynon, 1997), ou seja, o conjunto dos trabalhadores de tempo parcial (*part-time-workers*), temporários (*temporary-workers*), de emprego casual (*casual-workers*) e trabalhadores por conta própria (*self-employed-worker*), dentre outros, demonstram a extrema diferença no que é ser trabalhador hoje, inclusive dentro da mesma empresa.

Assim, no setor têxtil, por exemplo, uma empresa pode empregar, formalmente ou através de contratos de Pessoa Jurídica (PJ), estilistas e modelistas bem remunerados, assim como um pequeno número de costureiras, cortadeiras e funcionários especializados na operação de máquinas industriais.

Considerando o fato de que este setor opera, em grande medida, com muitos trabalhadores e, sobretudo, trabalhadoras, estes e estas podem estar submetidos a contratos de meio período, por conta dos filhos e afazeres domésticos, assim como a contratos por tempo determinado, dependendo do volume de encomendas.

Entretanto, o grosso deste contingente de trabalhadores tende a experimentar relações de trabalho ainda mais precárias, no caso do emprego casual, do trabalho por conta própria, de cooperativas de “fachada” e, ainda mais, a partir de contratos por produtividade onde as operações de corte e fechamento de roupas, serigrafia, etc, são realizadas mesmo em domicílio.

Em empresas, bairros e regiões inteiras, a exploração e a intensidade do trabalho em setores como o têxtil, vêm assumindo assim, grandes proporções. Por exemplo, a vida de imigrantes bolivianos – muitos ilegais – nos bairros do Brás e do Bom Retiro, em São Paulo, se baseia na “conjugação do trabalho familiar e da contratação de compatriotas. Esses trabalham no regime de produção por peças costuradas, exigindo dos trabalhadores uma dupla jornada de trabalho para se ganhar um pouco mais” (Silva, 2006: 165).

Exemplos de intensificação do processo de trabalho, ao limite da exaustão, podem ser multiplicados. Como no setor têxtil, o ritmo do trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar vem aumentando sem parar. Enquanto nos anos 1980 um trabalhador cortava, em média, entre 6 e 8 toneladas de cana por dia, atualmente este volume mais que dobrou. Por outro lado, o tempo de vida útil de um cortador de cana é estimado, hoje, em apenas 15 anos (Gazeta do Povo, 26/09/2007).

Entre os anos de 2004 e 2007, apenas no estado de São Paulo, 21 trabalhadores já haviam morrido, supostamente por excesso de esforço, segundo a reportagem da Folha de São Paulo (11/09/2007). Casos como o de Edilson de Jesus Andrade, de 28 anos, baiano natural de Tapiramutá e morador de Guariba, na região de Ribeirão Preto, o 22º trabalhador morto nestes anos, reforçam tais suspeitas.

Diferentemente do que se afirmava no encontro de líderes mundiais do Hotel Fairmont, não parece haver, para esses trabalhadores, alternativa entre ter o que comer ou ser devorado. É o processo de ganhar a vida que faz com que sejam devorados por seu trabalho.

De fato, o que vem acontecendo como tendência mais geral? Como se afirmou antes, ao se analisar a criação do Estado de Bem-estar Social e a adoção de um sistema de proteção aos trabalhadores no Brasil, a partilha dos benefícios oriundos de um regime industrial mundial dependia, sobretudo, de que as coisas permanecessem como estavam: as economias nacionais cresciam e havia uma confiança geral de que tudo se manteria assim.

Afinal de contas, quais foram as principais razões de mudanças tão drásticas no mundo do trabalho? É na década de 1970 que os ventos mudam, sem dúvida. A crise geral do regime de produção fordista, que

definia as formas típicas da sociedade salarial, teve então, as seguintes raízes: 1) a crise monetária internacional que já vinha se arrastando desde a década de 1950 se transformaria em desordem, com a decisão norte-americana de não mais converter as reservas mundiais de dólar em ouro (1971); 2) o primeiro (1973) e o segundo (1979) choques do petróleo e; 3) o regime de câmbio mundial flutuante (1973).

A crise monetária se tornaria rapidamente a crise do Estado, e se expressaria na falta de capacidade deste em, nas condições de financiamento internacional extremamente difíceis, continuar a aumentar seus gastos e manter as diversas economias nacionais aquecidas. De fato, junto com estas duas crises, monetária e do Estado, conseqüentemente os padrões de consumo dos países ricos, que garantiam fundamentalmente o bem-estar da economia mundial como um todo, saíam seriamente abalados.

O que aconteceu, em linhas muito gerais, é que a crise era do sistema como um todo. Ela era o reflexo das desordens que se acumularam ao longo dos anos e que explodiriam no esgotamento de todo um padrão de industrialização. A partir de uma retração muito significativa do consumo e dos sinais cada vez mais claros de retraimento econômico, as empresas trataram de se defender.

E, basicamente, esta defesa se deu em três frentes principais. Na primeira, considerando que as economias entraram em um processo de ‘descida ladeira abaixo’, a competição entre as próprias empresas aumentou muito. Era necessário fazer algo para recuperar os níveis de lucratividade do período anterior. Em alguns setores específicos surgiram inovações realmente notáveis, baseadas principalmente na microeletrônica e na automação industrial, enquanto em outros, a alternativa foi estimular o consumo supérfluo e a economia segmentar. O microcomputador rosa, o filtro solar para cabelos e o hidratante para pele morena são exemplos desta tendência.

Além de ter introduzido novos bens de consumo, como o telefone celular e o DVD, este período, que se inicia já na década de 1970 nos países centrais, e que vem sendo chamado de **3ª Revolução Tecnológica**, criou forças produtivas notáveis, e que têm como principal característica a capacidade de poupar trabalho humano.

Em segundo lugar, por conta inclusive da crise do Estado e da introdução das novas tecnologias informacionais, o processo econômico progressivamente deixou de estar preso às fronteiras nacionais. Isto quer dizer que já era possível, para um indivíduo ou empresa, em fins dos anos 1970 e início dos 1980, realizar operações financeiras e comerciais em muitos lugares do mundo sem a necessidade de estar fisicamente presente.

A expansão desse processo para praticamente todos os lugares do planeta nos dias atuais é uma das dimensões mais importantes da chamada **Globalização**. E é isto que tem permitido a empresas como a Sun Microsystems contratar e demitir pela internet, a pessoas comuns em Cingapura estarem preocupadas com a crise imobiliária nos EUA, já que esta gera efeitos (negativos freqüentemente) sobre seus investimentos, etc.

De outro lado, é esta mobilidade que o capital alcançou mais recentemente que contrasta tanto com a relativa rigidez do trabalho. Enquanto uma empresa racionaliza ou encerra operações em um determinado país, ela inicia a produção em outro lugar – às vezes até ao mesmo tempo.<sup>53</sup> O trabalhador não parece possuir nenhum poder de confrontar-se às decisões dos empresários, entretanto. A própria luta sindical vem assumindo, então, um caráter defensivo, tornando-se, prioritariamente, uma luta pela manutenção do emprego.

Por fim, e como complemento das duas tendências anteriores, da Revolução Tecno-Científica e da Globalização, uma série de explicações sobre as causas e prescrições que visavam solucionar a crise, também se tornariam populares a partir dos anos 1970, sendo implementadas como políticas econômicas nacionais no Reino Unido (1979) e nos EUA (1980). O chamado **Neoliberalismo** se espalharia para quase todo o mundo na década seguinte, chegando ao Brasil a partir de 1989, com a eleição de Fernando Collor de Mello e sua política de abertura comercial.

<sup>53</sup> Enquanto a General Motors, por exemplo, anunciava em 2005 a intenção de fechar, até 2008, 12 unidades de produção nos EUA e no Canadá, demitindo 30 mil trabalhadores, ela também ampliava a capacidade de produção de sua fábrica de Xangai, China, para 320 mil automóveis por ano, e estudava a abertura de novas unidades, inclusive uma no Brasil – próxima ao Porto de Suape, em Pernambuco.

Para não alongar demasiadamente a conversa, enquanto a política econômica praticada no pós-II Guerra se baseava na idéia de que, em condições de crise, na qual desempregados se acumulam nas ruas e por isso não têm como sustentar o consumo e as empresas não se dispõem a investir de forma autônoma porque não têm confiança, o Estado é que deve romper este círculo vicioso. Assim, ele é a única força com escala e autonomia suficientes para criar demanda efetiva e induzir o investimento privado, através do gasto público, gerando, conseqüentemente, mais emprego e consumo.

Contrariamente, as políticas neoliberais defendem a contenção do gasto público, a prudência na concessão de crédito – de forma a evitar o risco da inflação, e a redução de impostos como modo de libertar o mercado da ação não eficiente do Estado. Basicamente, é o contrário das políticas keynesianas e intervencionistas que dominaram o cenário anterior.

Quando a maior parte das economias nacionais, como a brasileira no Governo Collor, em face da estagnação econômica e de níveis de endividamento muito altos na década de 1980, passou a implementar políticas de orientação neoliberal, apenas prolongaram o sofrimento. Primeiramente, no Brasil, a inflação só foi domada após a aplicação de 14 anos de políticas recessivas ininterruptas. Do mesmo modo, a taxa de crescimento da economia era apenas vegetativa, cerca de 2% ao ano por toda a década, não conseguindo nem mesmo gerar novos postos para aqueles que ingressavam no mercado.

Acontecia que a ausência de gasto público, ou seja, a saída estratégica do Estado da economia, através das privatizações e da redução drástica dos gastos sociais, além da redução do crédito, reduzia a demanda efetiva (o volume total do consumo em uma economia). Isto, por sua vez, desestimulava o investimento privado, diminuindo ainda mais a oferta de empregos. De certo modo, este receituário é seguido até hoje, embora haja mudanças substanciais na política de gastos do Governo Federal.

Entretanto, importa fixar que naquele momento, década de 1980 e primeira metade da década de 1990, considerando as duas primeiras tendências e a crise global, a adoção de políticas neoliberais no Brasil jogou uma “última pá de terra” nas esperanças de que o trabalho pudesse

continuar a ser a base da cidadania no Brasil. Se o desemprego, que antes ainda podia ser considerado como friccional ou esporádico, agora estava claro que tinha vindo para ficar. O desemprego havia se tornado estrutural e, enquanto as empresas se defenderam, os trabalhadores tiveram que “se virar” como podiam.

Neste ponto, tudo se junta. Por todas as tendências já apontadas anteriormente, mesmo que a economia mundial se recupere plenamente – e, desde meados da década passada, vem apresentando alguns sinais de recuperação –, ou seja, mesmo que entremos em um novo ciclo dourado, o brilho do ouro só estará disponível para alguns: para aqueles seis ou oito da Sun Microsystems de Gage.

No interior desse processo brutal de economia do trabalho, isto é, de expulsão do trabalhador do processo de produção, que se inserem as novas formas de trabalho já apontadas, em geral, caracterizadas pela precariedade e insegurança. É nesse sentido que se percebe o crescimento mundial do setor de comércio e serviços (terceirização) como processo de precarização das relações de trabalho. André Gorz (2003) chega mesmo a afirmar que estamos recriando uma sociedade de serviços.

Nesse contexto, também, que o cooperativismo vem sendo encarado no Brasil, positiva ou negativamente. A criação de cooperativas, clubes de troca, associações de produtores e outras formas de produção, comércio e consumo coletivos assumiu grandes proporções após os anos 80.

É comum que momentos críticos estimulem as chamadas “ondas de economia solidária” (Lechat, 2002). Entretanto, embora a criação de empresas autogestionárias como formas de recuperação de fábricas falidas, cooperativas e grupos de trabalho e produção, bancos do povo e de microcrédito, etc, surjam como uma “nova onda” nesses anos, muitas das pistas sugeridas acima sobre a estrutura e aparência do trabalho no séc. XXI mostram que suas novas formas vieram para ficar.

Catadores de materiais recicláveis, artesãos, descarnadeiras de siri e quebradeiras de caranguejo, pedreiros, doceiras, costureiras comunitárias, e muitas outras categorias profissionais, vêm lutando por sua sobrevivência diária de forma precária há muitos anos no Brasil.

Eles deixaram de ser a exceção. À espera de serem integrados ao mercado formal de trabalho, são a regra na atualidade. O trabalho não acabou e não vai acabar, é claro. Mas os poucos que ele protegia ontem se tornaram um número ainda menor hoje. O sonho da Carteira de Trabalho, se ainda não morreu, certamente está agonizando. E, de fato, as opções para os trabalhadores diminuiram.

Mas, ao mesmo tempo, abriram a possibilidade de que estes trabalhadores encontrem alternativas próprias e criativas para ganhar a vida. No processo de produção de riquezas, mais do que receber um salário no fim do mês, apenas aparentemente seguro, talvez seja possível para o trabalhador se realizar pessoal e coletivamente, unindo trabalho intelectual e braçal na busca de sua emancipação. Talvez seja possível também demonstrar que uma outra economia é viável.

### 3. FORMAS DE EMPREENDIMENTOS COLETIVOS

ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA (autogestionária)	MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE (autogestionária)
DEFINIÇÕES	DEFINIÇÕES	DEFINIÇÕES
<p>*Sociedade civil sem fins lucrativos cuja finalidade é representar e defender os interesses dos associados, buscando a melhoria técnica, profissional e social.</p> <p>*É considerada atividade não econômica.</p> <p>*A associação é um excelente instrumento de defesa dos interesses econômicos comuns de um grupo.</p> <p>*Regulamentada pelo Código Civil.</p> <p>*Registrada no Cartório de Registros de Títulos e Documentos do município onde ela estiver localizada. Ex. Mãos de Fada — Associação de Mulheres Bordadeiras de Itacuruçá.</p>	<p>*Empreendimento de propriedade coletiva, formada por no mínimo 20 pessoas físicas, com diretoria eleita pelos cooperados.</p> <p>*Uma cooperativa não tem fins lucrativos, mas defende e promove os interesses econômicos dos participantes.</p> <p>*Precisa gerar "sobra" para reinvestir.</p> <p>*Atenção na constituição de uma proposta autogestionária de estatuto.</p> <p>*Reguladas pela <u>Lei Federal 5764/71</u>.</p> <p>*Registrada na Junta Comercial do Estado. Ex. Mãos de Fada — Cooperativa de Mulheres Bordadeiras de Itacuruçá.</p>	<p>* Empreendimento de propriedade coletiva, formada por no mínimo 2 pessoas físicas, com diretoria eleita pelos sócios.</p> <p>*Tem fins lucrativos, mas, na prática, pode funcionar como uma cooperativa, com autogestão e com o mesmo valor de cotas/ações para cada sócio.</p> <p>*Atenção na constituição de uma proposta autogestionária de estatuto.</p> <p>*Reguladas pela Lei 9.841/99, o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.</p> <p>Ex. Mãos de Fada S.A — Empresa de Produção e Comercialização de Bordados de Itacuruçá. Sociedade Simples.</p>

ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA (autogestionária)	MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE (autogestionária)
<b>DESAFIOS</b>	<b>DESAFIOS</b>	<b>DESAFIOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>*Dedicação intensa ao empreendimento por, no mínimo, dois anos.</li> <li>*Controle diário da produção.</li> <li>*Investimento diário na comercialização por parte de cada associado, enquanto autônomo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Dedicação intensa ao empreendimento por, no mínimo, dois anos.</li> <li>*Controle diário da produção.</li> <li>*Investimento diário na comercialização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Dedicação intensa ao empreendimento por, no mínimo, dois anos.</li> <li>*Controle diário da produção.</li> <li>*Investimento diário na comercialização.</li> </ul>
<b>FORMAÇÃO, PATRIMÔNIO E CAPITAL SOCIAL</b>	<b>FORMAÇÃO, PATRIMÔNIO E CAPITAL SOCIAL</b>	<b>FORMAÇÃO, PATRIMÔNIO E CAPITAL SOCIAL</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>*Pode formar-se tendo no mínimo duas pessoas.</li> <li>*Seu patrimônio será formado por taxas pagas pelos associados, por doações e fundos de reservas.</li> <li>*A não existência de capital social dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras e órgãos de fomento.</li> <li>*Dirigentes recebem apenas reembolso de despesas.</li> <li>*As sobras/lucros obtidos só podem ser aplicadas na própria associação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Só poderá formar-se tendo um mínimo de 20 pessoas.</li> <li>* Seu patrimônio será formado por cotas-partes, doações, empréstimos e/ou outros processos de captação.</li> <li>* Cotas-partes iguais para cooperados.</li> <li>*Como possui capital social, este fator facilita o financiamento junto às instituições financeiras.</li> <li>*Dirigentes não deverão ganhar a mais pela função.</li> <li>*As sobras obtidas poderão ser divididas, investidas no negócio ou ter outro destino decidido em Assembléia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Pode formar-se tendo no mínimo duas pessoas.</li> <li>*Seu patrimônio será formado por cotas-partes, doações, empréstimos e/ou outros processos de captação.</li> <li>* Ações iguais para sócios.</li> <li>*Como possui capital social, este fator facilita o financiamento junto às instituições financeiras.</li> <li>*Dirigentes não deverão ganhar a mais pela função.</li> <li>*Os lucros obtidos poderão ser divididos, investidos no negócio ou ter outro destino a ser definido em Assembléia.</li> </ul>

ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA (autogestionária)	MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE (autogestionária)
<b>VANTAGENS e DESVANTAGENS</b>	<b>VANTAGENS e DESVANTAGENS</b>	<b>VANTAGENS e DESVANTAGENS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>* Pode auxiliar na organização e planejamento do negócio.</li> <li>* Ajudar na capacitação profissional e social dos seus associados e/ou empregados.</li> <li>* Abrir caminho para inovação das técnicas de trabalho.</li> <li>* Não pode emitir Nota Fiscal.</li> <li>* Apoiar a negociação conjunta de crédito.</li> <li>* Reduzir custos nas compras.</li> <li>* Facilitar a entrada no mercado.</li> <li>* Contabilidade simplificada e possibilidade de imunidade ou isenção de impostos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* A legislação atual não dá, praticamente, vantagens na redução de impostos (pagamento de aproximadamente 13% do valor das Notas Fiscais emitidas).</li> <li>* Pagamento mensal de impostos se der Nota Fiscal.</li> <li>* Pagamento mensal de contador, mesmo sem emissão de Nota Fiscal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Atualmente, com o "super simples", pagamento de 4% até 120 mil anuais e 5,5% até 240 mil, apenas para atividades comerciais e industriais, excluídas atividades de prestação de serviços<sup>54</sup>.</li> <li>* Pagamento mensal de impostos se der Nota Fiscal.</li> <li>* Pagamento mensal de contador, mesmo sem emissão de Nota Fiscal.</li> <li>* Formato jurídico mais aceito e com menores ambigüidades fiscais.</li> <li>* Têm linhas de crédito especiais.</li> </ul>

<sup>54</sup> Legislação ainda confusa, aguardando regulamentação. As análises sobre vantagens de uma microempresa cadastrar-se no "Simples Nacional" ou "supersimples" devem ser calculadas caso a caso.

#### 4. PRINCÍPIOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os princípios são regras que norteiam a formação do grupo e portanto, são fundamentais para constituição de um empreendimento na proposta da economia solidária. Devem, entretanto, ser adaptados à realidade de cada empreendimento. Os princípios apresentados aqui foram construídos nas experiências vividas pelos empreendimentos econômicos coletivos desde seu início em Rochdale, conforme foi visto no capítulo *A História do Cooperativismo*. Em 1995, um congresso da Aliança Cooperativa Internacional reinterpreta este conjunto de normas que deveriam regular as relações entre a cooperativa e os cooperados e entre estes.

No “Modelo de Estatuto Social” proposto na Parte III, estão destacados os artigos e parágrafos que dizem respeito a cada um dos princípios e que devem estar contemplados no documento legal do empreendimento, assim como deverão estar presentes no seu Regimento Interno. As numerações ao lado dos princípios estão também colocadas nas margens do Modelo de Estatuto Social, permitindo que o documento seja utilizado como material didático de formação.

Serão comentados, em seguida, os princípios consagrados pelo cooperativismo internacional, com ênfase naqueles que melhor viabilizam o cooperativismo autogestionário, seguidos de outras regras de funcionamento que têm servido como normas importantes para o exercício de uma administração coletiva. São apresentadas também as dificuldades encontradas pelos autores em transformar tais princípios, expostos e

discutidos em reuniões de formação, em hábitos acatados no cotidiano dos empreendimentos.

“**Adesão voluntária**” e “**Portas abertas**” (1) significam que participar de uma cooperativa ou grupo de produção deve ser escolha de cada um e não uma imposição de alguma instituição ou condição para se conseguir alguma outra vantagem que não seja a própria geração de trabalho autônomo. Ajudar amigos que precisam completar o número de vinte cooperados para legalização ou entrar para uma cooperativa porque algum político local mandou se inscrever, não tem dado resultados positivos. Uma cooperativa deve ter a intenção de receber todos aqueles que desejem dela participar, considerando-se as possibilidades reais do empreendimento.

O princípio das “**Cotas iguais**” (2), que dá sentido aos empreendimentos econômicos solidários, é aparentemente o mais simples e ao mesmo tempo o mais fundamental de todos. Ele é a base que sustenta todos os demais, garantindo que todos os sócios tenham a mesma quantidade de cotas-parte no capital. Apenas as sociedades da economia solidária têm interesse em inserir este princípio no Estatuto Social, maneira de garantir legalmente que não haverá nenhum sócio ou cooperado que possua uma porção maior do capital que outros. A propriedade coletiva dos meios de produção significa que tudo que for comprado para a empresa e pela empresa, além do que for produzido por ela, pertencerá igualmente a todos os sócios, sem distinções. Este princípio é diferente na legislação do cooperativismo tradicional brasileiro que pretende garantir apenas que não haja nenhum sócio com mais do que 1/3 das cotas, permitindo a existência de retiradas e sobras muitos desiguais e concentração de poder nas mãos de alguns.

Nos casos em que existam pessoas com algum capital disponível e interessadas em aplicá-lo no empreendimento, os sócios podem aceitar o capital como empréstimo a ser remunerado com pequena margem de juros, mas não aceitarão que alguém possua maior número de cotas.

É o princípio das cotas iguais que permite e sustenta, na prática, o terceiro princípio de um empreendimento autogestionário: **Cada sócio, um voto** (3). Sendo o poder político nas suas manifestações mais freqüentes, consequência do poder econômico, o fato de todos serem

igualmente donos dos meios de produção leva o grupo a compreender, com facilidade, que todos tenham apenas um voto nas reuniões. Em termos ideais, seria desejável que as deliberações fossem tomadas por consenso e não pelo voto da maioria, refletindo um maior amadurecimento das discussões.

É óbvio que este ideal não pode ser aplicado a muitas das situações práticas com as quais uma cooperativa se depara. Entretanto, quanto mais importante for uma deliberação, maior é a necessidade de um acordo.

O princípio “**Controle, organização e administração democrática, feita pelo conjunto dos cooperados**” (4), diz respeito a um dos principais fundamentos da economia solidária: a autogestão. Este princípio busca assegurar a gestão democrática do empreendimento, pois válida a atuação de cada membro do grupo no processo de decisão. O controle de horários, critérios para pagamentos, controle do processo e da qualidade da produção e composição do quadro de trabalhadores são decisões do próprio grupo, assim como os custos da produção e os investimentos. Tais decisões são tomadas em assembleias gerais ordinárias conforme regulamentado pelo Regimento Interno da cooperativa ou do grupo de trabalho.

Prática sempre difícil é a auto-educação dos cooperados para o cumprimento dos horários e tarefas a desenvolver.

Um empreendimento autogestionário deve evitar, ao máximo, contratar trabalhadores assalariados.<sup>55</sup> Como preceito, todas as atividades necessárias ao negócio poderão ser desenvolvidas pelos próprios cooperados, que devem ser qualificados para isto. No entanto, é possível que seja necessário a contratação mensal dos serviços de um contador, dada a imensa burocracia para que o empreendimento permaneça cumprindo as exigências legais e tributárias atualmente requeridas. Outras especialidades também poderiam ser objeto de uma contratação temporária, como assessoria para autogestão, marketing, novas técnicas de produção e outros, visando qualificar o grupo.

<sup>55</sup> Em geral, situação reservada para candidatos a cooperados, em fase de adaptação ou período de experiência.

Da mesma forma, a gerência ou administração do empreendimento deve passar pelo conjunto de sócios. A aplicação das regras presentes no Estatuto Social e Regimento Interno, elaboradas pelos próprios membros, é compromisso de todos. Por conseguinte, é a atuação direta nas decisões do grupo que faz com que o projeto de participação democrática seja eficiente. Porém, na maioria das vezes não é o que acontece, prevalecendo a ausência e a omissão. Quando os sócios não decidem coletivamente, alguém decide por eles, comprometendo a autogestão.

No período de incubação deve-se ter em vista a dificuldade em consolidar as decisões que irão orientar o grupo. Ainda que todos pareçam compreender a importância e as vantagens da autogestão, quando um cooperado é repreendido por algum sócio por ter chegado atrasado ao local de trabalho, por exemplo, a incompreensão se revela. Antes, na empresa onde foi empregado, ele era repreendido por apenas uma pessoa que representava a figura do patrão. Agora, reage mal quando se depara com seu “colega de trabalho” lhe dizendo o que fazer, mesmo que o objetivo seja o sucesso de sua própria empresa.

Por exemplo: durante uma obra de reforma, três cooperados foram aconselhar outro a não trabalhar escutando rádio com o fone no ouvido, pois isso poderia acarretar acidentes que envolveriam a todos. Reagindo de forma agressiva, o cooperado afirmou que só receberia ordens do colega designado como encarregado daquela obra e de ninguém mais. Apenas com a prática cotidiana da autogestão os trabalhadores poderão superar a transposição inicial que fazem, reproduzindo as relações capitalistas dentro de sua empresa autogestionária. Para muitos, os cargos ocupados na cooperativa são idênticos àqueles que mantinham na relação entre patrão e empregados, quando na realidade agora cumprem apenas funções de organização.

Complementarmente, o procedimento **“Todas as atividades necessárias ao desenvolvimento da cooperativa serão realizadas por todos os cooperados, em grupos, por rodízio, a cada 3 ou 4 meses, durante o ano”** (5). Esse é um desdobramento do quarto princípio e diz respeito à necessidade dos sócios do empreendimento solidário serem politécnicos. Saber realizar, ainda que com interesses e qualificações de diferentes graus, o conjunto das funções existentes é

elemento fundamental para a conscientização de todos sobre a importância do trabalho que desenvolvem. Romper com a alienação é permitir que cada um possa viver a totalidade e não apenas uma parte do processo de produção. Qualquer que seja a área ou setor do empreendimento, as funções técnicas e administrativas devem ser compreendidas como de igual importância para a realização final dos objetivos da empresa. Além de permitir que o trabalhador solidário viva concretamente a autogestão, participando criticamente de todo o processo de divisão do trabalho, este princípio ainda contribui muito para desmistificar a maior importância dada aos cargos administrativos (intelectuais) do que aos de produção ou técnicos (braçais), como ocorre frequentemente. Dificulta também, como consequência, a apropriação dos cargos administrativos por parte de alguns que passam a dirigir sozinhos os empreendimentos.

A gestão democrática do negócio e a valorização do conjunto das funções exercidas permitem atitudes mais coletivistas, por parte dos cooperados, quanto: a) **Divisão das sobras** (6): o excedente ou sobra do empreendimento ao fim de um ano poderá ser dividido ou reinvestido em parte ou mesmo completamente, nas atividades da cooperativa, segundo decisão de assembléia; b) **Preço do trabalho** (6): Cada cooperado terá direito ao mesmo valor por hora trabalhada ou pode ser adotada uma hierarquia de, no máximo, três níveis de remuneração, conforme tem sido a opção dominante. A retirada (quinzenal ou mensal) dos cooperados será igual ao que restou em caixa depois do pagamento dos impostos e dos fundos, dividida pelo número de horas trabalhadas por cada um.

O princípio da **“Não discriminação de sexo, cor, posição política ou religiosa”** (7) objetiva destacar os direitos de cidadania de todos, desde o início da organização do grupo. Visa garantir a possibilidade de associação para qualquer pessoa que manifeste afinidade de trabalho com o grupo, sem que se discrimine sua cor, sexo, religião ou posição política. Ainda que esta questão seja exaustivamente debatida, ela é sempre pertinente e deve ser reafirmada em diferentes ocasiões da formação. É comum que o debate, no qual haja a concordância de todos, seja transformado em mero discurso e que situações de preconceito e discriminação permaneçam no interior das novas relações de trabalho que serão construídas com a criação do empreendimento.

Na COOPERAMIGOS, cooperativa de construção civil, por exemplo, a dificuldade em fazer com que os homens e algumas mulheres compreendessem que as mesmas pudessem fazer algo a mais pela cooperativa além de cozinhar ou limpar, foi recorrente. Neste e em outros casos, a cultura machista certamente dificultou mudanças de comportamento durante o processo de formação: se os discursos velados em nossa sociedade paralisam muitas mulheres atrás do fogão, na cooperativa não seria diferente.

Da mesma forma, é preciso que os formadores estejam atentos para a heterogeneidade existente no grupo quanto à cor, crenças e religiões. Ainda que, em geral, esta diversidade não provoque claramente uma separação espacial, os membros do grupo aproximam-se por afinidades, dificultando a introdução do conceito de autogestão. Muitas vezes a religião apresenta caráter de distinção ou desqualificação de alguém, determinando diferentes graus de confiança ou descrédito perante o coletivo. Dinâmicas de grupo que favoreçam a integração podem contribuir para a superação dessas dificuldades.

**“Educação, capacitação e informação serão oferecidas a todos os associados, pela cooperativa”** (8). Assessores têm um papel importante na intermediação entre o grupo e as muitas ofertas de qualificação ou atualização profissional, alfabetização, educação formal e pré-vestibulares existentes nas cidades, que são muitas vezes gratuitos.<sup>56</sup>

A **“Cooperação entre empreendimentos visando o fortalecimento daqueles que praticam autogestão e economia solidária e a inserção em redes de comércio justo e consumo solidário”** (9) são práticas essenciais para a viabilização do negócio e para a consolidação do projeto de sociedade proposto pela economia solidária. Os grupos necessitam da intermediação dos incubadores para a identificação e inserção nestas redes.

Por sua vez, o **“Compromisso com a comunidade do entorno, trabalhando para seu desenvolvimento e privilegiando sua participação nas atividades da cooperativa”** (10) constitui um

princípio básico. A inserção na comunidade local e o fortalecimento de laços de solidariedade entre moradores são, em geral, uma característica e um diferencial destes empreendimentos. Este compromisso deve se manifestar também em ações que preservem o meio ambiente e possam garantir a viabilidade do negócio no futuro.

Por último, há que se defender a **“Autonomia e independência”** (11) da cooperativa em relação a instituições, a partidos, a políticos ou ao Estado. Parcerias, apoios e financiamentos devem ser construídos já de início, como garantia fundamental para que o empreendimento e o conjunto da economia solidária não sejam obrigados a fazer concessões ou a defender interesses que não são os da emancipação dos trabalhadores e da preservação do meio ambiente.

<sup>56</sup> Planos de saúde, férias anuais e 13º salário deverão ser metas a alcançar após a consolidação do empreendimento. Fundos específicos serão criados com estes objetivos, sendo regulados pelo Regimento Interno.

## 5. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Grande parte das reflexões e discussões sobre a autogestão, tida pelos autores como um dos ideais práticos mais centrais da economia solidária, se concentra na figura da empresa. Em primeiro lugar, a empresa constitui uma forma, dentre outras possíveis, de organização de uma parte importante da vida, a saber, o processo econômico. Semelhantes a ela, inúmeros grupos de pessoas se mobilizam para a obtenção de determinados fins. Por exemplo, a família, a igreja e o exército são formas de coordenação de fins pessoais, religiosos e militares. Por isso mesmo, podem ser consideradas organizações.

Como estas, empresas, cooperativas, associações de produtores, dentre outras, se dedicam à organização do aspecto econômico da vida de seus membros e, por conta disto, são extremamente importantes. Olhando mais de perto, cada uma destas organizações possui uma estrutura interna própria, ou seja, seus participantes se relacionam entre si e estão posicionados de um determinado modo no seu interior. Esta organização interna, por mais variada que possa ser, possui algumas características muito similares.

De fato, duas destas características, a informação e a decisão, parecem ser centrais em qualquer agrupamento humano. O modo como a informação é adquirida, processada e distribuída, e como esta serve como base para os processos de tomada de decisão, é freqüentemente um elemento de definição dos grupos. Inegavelmente, na maior parte destes grupos, tanto a informação quanto a capacidade de tomar e fazer valer decisões é distribuída de forma muito desigual.

Na família, apenas alguns membros detêm as informações sobre sua situação financeira, assim como podem tomar as decisões mais fundamentais, por exemplo, sobre em que localidade morar e sobre para onde se mudar. Certamente, as crianças e, lamentavelmente, em alguns casos, as mulheres, estão mal informadas e influem pouco ou nada nestas decisões.

É quase desnecessário afirmar que poucos membros, tanto da igreja como do exército, acumulam informações estratégicas para a continuidade destas instituições e para a sua manutenção pessoal em uma posição destacada. Assim, ainda que bispos, generais, fiéis e soldados sejam imprescindíveis para a permanência e fortalecimento destas instituições, é certo que bispos e generais possuem informações mais completas e têm maior probabilidade de ver suas decisões serem acatadas do que fiéis e soldados.

Assim, quando a possibilidade de apropriação diferencial de informação e capacidade de decisão se concretiza, o que ocorre em uma infinidade de organizações, pode-se falar claramente na constituição de uma hierarquia interna. Na verdade, muitos acreditam mesmo que a hierarquia é uma condição necessária de qualquer associação. Verdade ou não, a hierarquia é a expressão do modo como os membros de um grupo se localizam em seu interior em uma certa ordem de importância relativa.

No interior de organizações econômicas, por sua vez, ela tem sido a expressão dominante da coordenação da informação e dos processos decisórios. É assim que, John Gage, da Sun Microsystems, pôde afirmar que sua empresa precisava de apenas “seis, talvez oito” funcionários. Não que os outros 16 mil trabalhadores da Sun não desempenhem funções importantes para o funcionamento da empresa. Se não fosse assim, por que eles seriam remunerados? Mas eles são substituíveis exatamente porque não controlam informações ou porque não tomam decisões estratégicas.

Ou seja, em uma empresa capitalista avançada como a Sun, a maior parte do poder, relativo à informação e à decisão, está concentrado em apenas 6 ou 8 pessoas. Em empresas capitalistas menos avançadas isto não é muito diferente. Conforme a distinção introduzida por Singer (2002: 16), empresas capitalistas são administradas hierarquicamente, ou seja, são heterogestionárias.

**Heterogestão** é uma palavra híbrida, que articula os sentidos do grego *heteros*, ou seja, outro, diverso, diferente; e do latim *gerire*, isto é, administrar, dirigir, regular. Pode ser mais bem interpretado como consistindo na sujeição do indivíduo ao poder decisório de outrem.

Bem, essa estrutura organizacional da empresa capitalista, na qual os indivíduos que ocupam os níveis hierárquicos mais baixos dispõem de informações muito parciais e detêm poder de decisão muito reduzido sobre seu processo de trabalho, vem sendo descrita desde pelo menos o livro clássico de Adam Smith, “A Riqueza das Nações”, de 1776.

Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer uma cabeça de alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes; montar a cabeça já é uma atividade diferente, e alvejar os alfinetes é outra; a própria embalagem dos alfinetes também constitui uma atividade independente. (...) Assim, já que cada pessoa conseguia fazer 1110 de 48 mil alfinetes por dia, pode-se considerar que cada uma produzia 4 800 alfinetes diariamente. Se, porém, tivessem trabalhado independentemente um do outro, e sem que nenhum deles tivesse sido treinado para esse ramo de atividade, certamente cada um deles não teria conseguido fabricar 20 alfinetes por dia, e talvez nem mesmo 1 (...). (Smith, 1996: 64-65)

Sua descrição das operações envolvidas no processo de produção de uma fábrica de alfinetes aponta exatamente para o aumento da produtividade e da geração de riqueza decorrentes da divisão do trabalho. Assim, desde o início da implantação do modo de produção capitalista, a expansão das forças produtivas e, conseqüentemente, da riqueza produzida, está ligada à subordinação do trabalho ao capital, o que significa, no plano prático, a perda contínua do controle do trabalhador sobre seu processo de trabalho.

Assim, na divisão heterogestionária do processo global de trabalho dentro de uma empresa, não importa exatamente que os trabalhadores dos níveis inferiores detenham informações mais profundas dos que as que possuíam antes.

Mesmo que agora seus trabalhos não sejam completamente repetitivos e rotineiros, mesmo que os novos desafios que se impõem

impliquem uma maior qualificação do trabalhador, e seu envolvimento em algumas das funções de planejamento do processo produtivo, é a relação mais profunda entre as parcelas de controle do processo de trabalho que determina a heterogestão.

Assim, mesmo em empresas que adotam métodos de gestão mais interativos, como as equipes de trabalho (*team work*), os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ),<sup>57</sup> a gerência participativa, dentre outros, as informações que circulam e as decisões tomadas nos níveis inferiores da hierarquia são, quando muito, limitadas, e, fundamentalmente, úteis para a implementação de decisões estratégicas, por exemplo, de investimento e de operação, que não são compartilhadas.

Para tornar esta concepção mais clara, bastará ao leitor recuperar algumas lembranças referentes à sua própria inserção no mundo do trabalho. Seja trabalhando em uma grande fábrica metalúrgica, seja em uma confecção de médio porte, ou mesmo em um pequeno armário ao lado de sua casa, todo empregado já foi estimulado a dar idéias para a melhoria das atividades da empresa, mas dificilmente foi chamado a opinar sobre a abertura de uma nova filial, sobre a compra de máquinas ou a renovação de contratos com fornecedores.

É nesse sentido que Singer (2002: 17) apresenta a hierarquia como fluxos de informações, consultas, ordens e instruções em direções opostas. Assim, as duas primeiras vão de baixo para cima, com os empregados hierarquicamente inferiores cooperando com os níveis administrativos no conhecimento das operações cotidianas da empresa. Pode-se citar, como exemplo, a apresentação, em uma farmácia, de relatórios de controle de vendas e de estoque à gerência pelo atendente e pelo estoquista.

Por sua vez, as duas últimas – ordens e instruções – vão em sentido contrário, de modo que é a administração de uma rede de padarias que decide, por exemplo, o deslocamento de funcionários para sua nova filial, ainda que isto implique mudanças na vida pessoal destes empregados,

<sup>57</sup> CCQ's são pequenos grupos de funcionários estimulados a discutir seu trabalho e desempenho e a conduzir coletivamente atividades de controle de qualidade dentro da mesma área de trabalho, com vistas a aperfeiçoamentos na produtividade.

assim como decide pela informatização das vendas e pela introdução de entregas domiciliares, sem consultar estes empregados.

Ainda que no interior de uma empresa, muitas outras formas de relacionamento entre seus níveis hierárquicos possam ser observadas, de maneira que suas unidades competem ou boicotam-se mutuamente, assim como cooperam ou se protegem, a divisão básica entre, de um lado, tomadores de decisão e possuidores de informação e, de outro, aqueles que estão destituídos destes poderes, se mantém decisiva.

Isto se deve ao fato de que, a produtividade e a eficiência do trabalho estão muito ligadas, tal como na lição de Smith, à sua divisão e parcelamento. O que a hierarquia acrescenta ao parcelamento das tarefas é um mecanismo rápido e relativamente seguro de que estas serão cumpridas com pouco ou nenhum questionamento por parte dos empregados.

A heterogestão une, assim, a eficiência produtiva ao controle centralizado do processo de trabalho, o que é plenamente adequado a um modelo de organização da atividade econômica – a empresa capitalista – que se baseia na distribuição diferencial da riqueza produzida.

A **autogestão**, por sua vez, é a inversão completa da heterogestão. O seu sentido original, introduzido nos dicionários franceses na década de 1960, se baseava em experiências sociopolíticas bastante antigas. Mas, provavelmente, a mais importante seja a experiência socialista iugoslava do pós-guerra, baseada no não-alinhamento, na descentralização e na autogestão das empresas. Não por acaso, o termo autogestão é tradução exata do servo-croata *samoupravljje*. (Dornelles, 2003: 03)

Opta-se aqui por definir autogestão de acordo com a ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão. Assim, a “autogestão é um modelo de organização em que o relacionamento e as atividades econômicas combinam propriedade e/ou controle efetivo dos meios de produção com participação democrática da gestão”. (ANTEAG, [www.anteag.org.br](http://www.anteag.org.br) acessado em 08/01/2008)

Isto significa que, diferentemente da heterogestão, a sujeição do indivíduo na autogestão se dá em relação ao seu próprio poder decisório. A coletivização do processo de decisão é uma consequência prática e

teórica da coletivização da propriedade. Nesse sentido, a autogestão se constitui, na esfera econômica, em um conjunto de relações sociais de produção que interfere e sofre influência de outras esferas da vida.

Na prática cotidiana de pequenas empresas solidárias, suas questões administrativas em geral são discutidas e decididas coletivamente. Por um lado, comparando-se o tempo destinado e o esforço dispendido nessas questões nas empresas capitalistas e nas solidárias, percebe-se que o processo decisório é mais lento nas últimas, o que pode torná-las menos eficientes. Entretanto, o que se perde em tempo de decisão pode ser ganho em cooperação para sua implementação.

Considerando que o poder e a dominação não podem ser exercidos com eficácia completa nas empresas capitalistas – como em nenhum grupo social, dadas a resistência e absenteísmo dos trabalhadores – o grau de comprometimento dos membros de uma cooperativa com o resultado de seu trabalho, pode variar muito positivamente em termos de qualidade e velocidade em um empreendimento autogestionário.

A simples abolição de relógios de ponto e a supressão da relação de submissão ao capataz da obra provocam alterações significativas no modo como os trabalhadores compreendem seu trabalho. Enquanto a história do desenvolvimento do modo de produção capitalista é a história da subordinação cada vez mais completa do trabalho vivo pelo capital, a autogestão abre a possibilidade da retomada do controle do trabalhador de seu processo de trabalho.

Na cooperativa de confecção, por exemplo, a autogestão se manifesta na elaboração de normas gerais e regras cotidianas de forma coletiva, registradas sob a forma de um Regimento Interno; no debate intenso sobre a escolha de fornecedores, a partir das formas de pagamento oferecidas e prazos de entrega de insumos; na formulação de uma estratégia de marketing dos produtos e na opção de abertura de um ponto de vendas em um shopping popular, etc.

Todas essas atividades são debatidas exaustivamente e decididas de forma democrática em reuniões amplas e divulgadas com antecedência. É esta instância deliberativa, a assembleia geral, que constitui o espaço que mais concentra poder em uma empresa autogestionária.

Diferentemente das empresas capitalistas, aqui os fluxos de ordens e instruções fluem de baixo (da assembleia geral) para cima (para a diretoria eleita), enquanto os fluxos de informações e consultas tomam o caminho inverso. Assim, indivíduos que ocupam os postos administrativos operam de acordo com as diretrizes definidas em assembleia, tendo de prestar contas sobre suas ações a esta instância.

Obviamente, a autogestão, como a heterogestão, não é uma característica apenas de organizações econômicas. Escolas de campanha, conselhos comunitários, associações civis de diferentes tipos e até times de futebol podem ser organizados de forma autogestionária, como bem demonstra a experiência da Democracia Corinthiana<sup>58</sup> dos anos 1980.

A autogestão pode, inclusive, ser definida como característica de formas de organização política da sociedade. De fato isto é possível. Na realidade, compreendida em seu aspecto político, a autogestão se assemelha ao ideal da democracia dos antigos, chamada de participativa – em contraposição à representatividade indireta. Nem sempre isto é possível, visto que muitos empreendimentos autogestionários adquirem dimensões amplas ao longo dos anos, o que coloca limites importantes ao processo decisório.

As dificuldades, já grandes, enfrentadas por esses empreendimentos, se avolumam quando os trabalhadores se distanciam dos processos decisórios. Por isso mesmo, “a autogestão exige um esforço adicional” (Singer, 2002: 19) que unifique as dimensões política e econômica da produção. Por um lado, a propriedade coletiva dos meios de produção é condição necessária da autogestão, mas por outro, não é condição suficiente de sua consolidação.

Este esforço adicional da busca de soluções para problemas cotidianos e questões estratégicas para a sobrevivência e ampliação da empresa autogestionária é o elemento decisivo. A aposta neste projeto

<sup>58</sup> Durante a gestão do Presidente Waldemar Pires e do Diretor de Futebol Adilson Monteiro Alves (sociólogo), o Sport Clube Corinthians Paulista, que tinha um elenco composto por jogadores politizados como Sócrates, Wladimir, Zenon e Casagrande, instituiu um sistema de autogestão – a *Democracia Corinthiana* – onde jogadores, comissão técnica e diretoria deliberavam sobre contratações, demissões, escalação, local da concentração, etc, em votação igualitária.

poderá dar continuidade ao processo de subversão das relações de produção que pode se generalizar e expandir por toda a vida social, democratizando diferentes esferas, desde a vida familiar até as instituições mais importantes da sociedade.

## 6. COMÉRCIO JUSTO, CONSUMO ÉTICO, REDES SOLIDÁRIAS e DESENVOLVIMENTO LOCAL

Praticar o **comércio justo** significa pagar aos produtores um preço justo, isto é, considerado socialmente equilibrado para os participantes da troca comercial, no qual as regras do mercado são substituídas pelas da solidariedade.

A idéia de um comércio justo surge no início dos anos 1990, reunindo, na forma de uma federação, nove países europeus que criaram centrais de importação. Hoje, da INFAT – Federação Internacional do Comércio Alternativo – participam mais de cinquenta países através de mais de 160 organizações (Mance, 2002: 255).

Este movimento parte da consciência da desigualdade das trocas no comércio internacional, no qual os chamados “países pobres” têm o preço dos seus produtos desvalorizado.

Lojas de comércio justo já estão instaladas em muitos países, divulgando a produção daqueles que se encontram em desvantagem e facilitando a entrada desses produtos no mercado a um preço correto. Existem também casos de vendas diretas dos empreendimentos a grandes comerciantes, como redes de supermercados e lojas de departamento. Já é conhecido o café brasileiro vendido em supermercados franceses com o selo “*Fair Trade*”, atestando sua produção dentro de valores éticos e ambientais.

Para participar do comércio justo são selecionados produtores que, além de atender a critérios comerciais, têm maiores dificuldades: de acesso ao mercado, de obtenção de crédito, e que são éticos no

processo de produção. Por exemplo, aqueles que respeitam os direitos trabalhistas e que praticam responsabilidade ambiental.

Praticar o comércio justo e o **consumo ético** é permitir que empreendimentos com a proposta da economia solidária possam garantir sua sustentação e durabilidade, permitindo o acesso a um mercado que reconhece e valoriza suas práticas éticas e que está disposto a pagar por este diferencial

O comércio justo tem como objetivo maior melhorar as condições gerais de vida das populações mais pobres, através da promoção da justiça social e da solidariedade, com práticas de preço justo e transparência em suas ações. Consolidando-se, ganha cada vez mais adeptos em todo o mundo e, para além do comércio internacional, incentiva que este tipo de intercâmbio entre produtores e consumidores se realize no interior de um mesmo país.

Este é um processo que contribui para o fortalecimento das **redes de economia solidária**, sejam elas de produtores, consumidores, de prestadores de serviço ou de trocas, eliminando ao máximo possível, a presença de atravessadores. Como meta, se procurará realizar transações comerciais, prioritariamente, entre aqueles que exercitam os mesmos valores e ideais. Famílias, comunidades, escolas e sindicatos podem organizar redês de consumidores através de compras coletivas no atacado e também consumir o que é produzido e comercializado na própria localidade. Produtores podem dar preferência e vantagens comerciais a fornecedores de insumos que participem das redes.

Todas estas opções possibilitam a geração de trabalho e renda a pessoas desempregadas ou em situação de precariedade que morem nas redondezas e que serão estimuladas a constituírem novos empreendimentos de produtos e serviços, já que encontram, na vizinhança ou região, através da rede da qual fazem parte, um mercado consumidor privilegiado.

O conjunto destas atividades tem a capacidade de gerar outras tantas, no interior das diversas cadeias produtivas constituídas. O produtor de goiabas, o produtor de geléias e doces de goiaba, o dono do armazém local e o consumidor final podem morar próximos uns dos outros e auto-alimentarem a rede solidária. Do mesmo modo, podem estimular

a geração de trabalho e renda, as práticas éticas e o respeito ambiental, possibilitando um desenvolvimento local sustentável e que melhore a qualidade de vida de todos os envolvidos. Enfim, um desenvolvimento que permita a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Nesse sentido, é recorrente a associação entre economia solidária e desenvolvimento local, mas essas duas propostas nem sempre se dão de forma conjunta. A intenção de tratá-las aqui de forma articulada deve-se à necessidade de ressaltar a idéia de que podem ser mutuamente reforçadoras.

Tomamos o conceito de **desenvolvimento local** como uma forma de planejamento ou o resultado de um conjunto de ações que potencializam e dinamizam a economia local. Para tanto, deve ser capaz de, em primeiro lugar, inserir as populações das comunidades próximas nos mercados de trabalho e de consumo locais. Do mesmo modo, deve aproveitar os recursos e vantagens disponíveis, sejam eles sociais, econômicos ou culturais, presentes no território.

A consciência sobre o tema surgiu a partir da II Guerra Mundial, quando as estratégias de promoção de desenvolvimento começaram a ganhar evidência. Pensadores da época debruçaram-se sobre a questão e desenvolveram instrumentos teóricos para propor e promover a diminuição das desigualdades sociais em nível territorial.

Entretanto, embora a segunda metade do séc. XX tenha ficado marcada como a “era do desenvolvimento”, as teorias dominantes propunham que o desenvolvimento local se daria através da transferência de tecnologias e modelos dos países considerados “desenvolvidos” para os “subdesenvolvidos”. Como resultado desta compreensão se obteve um mundo ainda mais dividido socialmente e uma natureza maltratada (Sachs, 1997).

Associada à construção de padrões alternativos, a idéia de desenvolvimento local assume importância a partir da tomada de consciência da falha em alavancar o crescimento nestes países e das graves conseqüências sócio-ambientais geradas, já nos anos 1970. Retoma-se, então, a busca por novas dinâmicas que suprimam a desigualdade e a exclusão social.

Atualmente esta busca ocorre em um novo contexto, marcado pela crise do trabalho e pela reforma do Estado, justamente os pilares do modelo de desenvolvimento anterior, o que apenas a reforça.

Assim, o desenvolvimento local é um processo descentralizado e focalizado, ou seja, não pode ser pensado em detrimento das especificidades locais que irão definir seu foco de atuação. Se por um lado, aponta para o planejamento como forma de estimular a população local para conhecer e desenvolver suas potencialidades, por outro, faz com que as respostas prontas dêem lugar a perguntas e propostas comunitárias, que substituem modelos pré-fabricados.

Embora haja muitos autores e teorias sobre o desenvolvimento local, algumas idéias se tornam dominantes e passam a pautar ações de intervenção. Dessa forma, muitos projetos de desenvolvimento local são concebidos partindo do pressuposto de que, no contexto da globalização, a economia atual traria oportunidades únicas de crescimento para as cidades e regiões, contanto que estas se adaptassem a determinados padrões de gestão e planejamento urbanos, calcados na atratividade (Castells, 1999).

Tais modelos de desenvolvimento econômico são acompanhados por um discurso de desenvolvimento social, inclusão e cidadania. Acredita-se que políticas inspiradas nestes pressupostos, quando executadas no plano local,<sup>59</sup> se tornam mais democráticas e cumprem a função de resolver os verdadeiros problemas da comunidade envolvida.

Segundo esta concepção, processos de desenvolvimento local demandam a formação de capital social nas comunidades (Putnam, 2000), cuja expressão mais forte no Brasil é a criação de novas instâncias de participação. Os conselhos municipais, os consórcios intermunicipais<sup>60</sup>, o orçamento participativo e as novas formas de geração de trabalho e renda através de cooperativas e outros empreendimentos populares são exemplos conhecidos.<sup>61</sup>

<sup>59</sup> A idéia de "Pensar Global, Agir Local" (originalmente *Think Globally, Act Locally*, expressão cunhada por David Brower, quando da fundação da ONG Amigos da Terra em 1969) exemplifica bem esta concepção.

<sup>60</sup> Estes podem constituir importantes ferramentas para a promoção de desenvolvimento local, pois reúnem diversos municípios para a realização de ações conjuntas que, se fossem conduzidas por eles, individualmente, não atingiriam os mesmos resultados ou utilizariam um volume maior de recursos.

<sup>61</sup> Todos eles são compreendidos como resultado da intervenção de poderes públicos na criação de institucionalidades favoráveis ao desenvolvimento local.

Vale ressaltar que, dentro deste marco teórico, a economia solidária é tratada como uma forma, dentre outras, de promoção do desenvolvimento local. Entretanto, convém alterar esta compreensão. Na verdade, empreendimentos de economia solidária interagem com a comunidade em que se encontram duplamente: afetam e são afetados por elas. Assim, os empreendimentos econômicos solidários seriam capazes de dinamizar, ao menos parcialmente, a sociedade e a economia locais, sendo influenciados pelos recursos disponíveis, pela capacidade de organização e pelo interesse público nestes territórios.

De forma resumida, podem-se levantar críticas pertinentes a uma grande parte dos projetos de desenvolvimento local que vêm sendo implementados no Brasil. Alguns deles são criados para resolver problemas pontuais ou setorializados, como melhorias de infra-estrutura, por exemplo, desconsiderando a necessidade de construção de soluções estruturais e em âmbito nacional.

Muitos deles devem sua existência a ações de *marketing* político, funcionando apenas em períodos pré-eleitorais, enquanto outros, mais duradouros, são planejados e executados de "cima para baixo", com pouco ou nenhum envolvimento de seu público-alvo. Neste caso, como não fazem parte da agenda de demandas da população residente, ainda que efetivamente comprometidos com a melhoria de suas condições de vida, dificilmente são bem sucedidos.<sup>62</sup>

Em outros casos, as propostas desconsideram as capacidades e os saberes práticos dos beneficiários, trazendo pacotes tecnológicos próprios, nem sempre bem aceitos.

Ora, se a economia solidária possui um projeto mais profundo de transformação das relações sociais e econômicas, essa é capaz de estimular as dinâmicas de representação e participação democrática, indo além dos canais formais, e ao mesmo tempo, devidamente apoiada, pode oferecer condições de inserção econômica mais ampla e duradoura para populações excluídas.

<sup>62</sup> Conta-se a estória de uma importante reunião entre técnicos de um órgão federal de planejamento e o prefeito de uma pequena cidade no interior do Brasil. Depois de acompanhar, com atenção, a apresentação de projetos para o município, o prefeito teria manifestado a necessidade urgente de um "pau pra matar cobra", já que havia uma cobra, literalmente, escondida em seu gabinete.

A partir desta proposta de compreensão, um exemplo concreto de desenvolvimento local, em parte planejado, mas, contendo muitos elementos de espontaneidade, pode ser levantado como forma de identificar algumas das principais características da associação entre economia solidária e desenvolvimento local.

É o caso da Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCOMP), que criou o Banco Palmas em 1998 e hoje multiplica a experiência para outros 33 Bancos Solidários no Brasil. O Conjunto Palmeira, um bairro popular de 32 mil habitantes, na periferia de Fortaleza (CE), que, em 1981, tinha 80% de sua população desempregada, 1.200 crianças sem escola e renda média de até 2 salários mínimos para 90% de suas famílias, (Joaquim, 2002: 141) é hoje um local completamente diferente.

O Banco Palmas inicia-se com capital de R\$2.000,00, cedidos por uma ONG, e constitui um sistema financeiro solidário que passa a atuar “de forma integrada nos quatro pontos da cadeia produtiva, quais sejam: capital solidário, produção sustentável, consumo ético e comércio justo”. (idem: 142) O banco fornece empréstimos de “palmas” (moeda local) 5,00 a 100,00 para produtores e consumidores, que têm como avalistas seus vizinhos e que não se submetem a exigências burocráticas.

Esse sistema multiplica os recursos econômicos disponíveis e estimula sua circulação dentro do bairro, promovendo crescimento econômico. Assim, a partir do impulso inicial de organização dos circuitos econômicos da comunidade<sup>63</sup> e de uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores, uma série de projetos independentes, embora integrados, geraram riquezas, melhoria da qualidade de vida de seus moradores e consciência da necessidade de consumir produtos e serviços locais.

Alguns dos mais importantes projetos são: uma feira de produtos realizada semanalmente, onde são expostos e comercializados bens culturais e econômicos; unidades de produção que visam gerar trabalho e renda e multiplicar-se no interior das cadeias produtivas, produzindo seus próprios insumos; um balcão de empregos e troca de serviços, com

apoio da prefeitura municipal; um clube de trocas solidárias dotado de moeda social própria; o projeto “Bate Palmas”, de produção de instrumentos musicais feito por jovens que também aprendem música e uma loja solidária da ASMOCOMP, para a exposição dos produtores financiados.

Foram criados também: uma Incubadora Feminina, tendo como objetivo a reinserção produtiva de mulheres em risco social, através de qualificação profissional e oferta de crédito; um laboratório de agricultura urbana, orgânica e agroecológica, divulgando conhecimento na produção de plantas medicinais, hortaliças, avicultura, hidroponia e piscicultura; uma Escola de Socioeconomia Solidária (Palmatech), voltada para a capacitação gerencial e profissional para empreendedores locais; além de um Centro de Estudos em Socioeconomia Solidária.

O que pode ser extraído desta experiência e de outras similares quanto à articulação entre economia solidária e desenvolvimento local se resume em 4 eixos: o envolvimento das comunidades locais nos processos de elaboração e monitoramento das políticas a serem implantadas; a utilização de mão-de-obra e das potencialidades locais; a sustentabilidade dos processos produtivos, através do controle social de seus impactos e da perspectiva de uso futuro dos recursos; e a ênfase na construção de relações de solidariedade, seja no interior dos empreendimentos, seja nos espaços de representação político-institucionais.

Essas diretrizes podem não ser facilmente alcançadas, ainda que devam permanecer como eixos norteadores de um projeto verdadeiramente comprometido com a democratização e transformação das relações sociais e econômicas. Desta forma, podemos concluir, a partir desta breve introdução ao conceito, que há um grande desafio para promoção do desenvolvimento local, e que caberá a esta “Outra Economia” (Cattani, 2003) o papel de acertar o compasso na busca pela melhor forma de promover um desenvolvimento mais igualitário.

<sup>63</sup> Nesse sentido, o Banco Palmas criou e implementou o PalmaCard, cartão de crédito aceito em mais 100 estabelecimentos comerciais do bairro.